



O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP pronunciou, durante o comício realizado em Coruche um discurso em que analisou os principais problemas que se colocam aos trabalhadores da zona da Reforma Agrária.

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

Milhares de trabalhadores afirmaram em Coruche a sua determinação de defender a Reforma Agrária contra os novos ataques

Pág. 10

O PCP, O PRESENTE E O FUTURO

«Para um partido político, a previsão de «Portugal anos 80, o quê?» é inseparável da própria actividade, da própria intervenção na vida nacional com o objectivo de influir na sua evolução.

«No que respeita ao PCP, uma preocupação e um objectivo maiores presidem à sua orientação: defender o regime democrático, assegurar o seu futuro».

Álvaro Cunhal expôs as posições do PCP nas conferências organizadas pelo semanário «O Jornal»

Pág. 12

Braga

7, 8 e 9 JULHO

PARQUE MUNICIPAL
DE EXPOSIÇÕES



Neste número, um suplemento especial de 4 páginas dedicado à Festa da Alegria: entrevistas com os camaradas Carlos Costa, António Lopes, Henrique de Sousa, Agostinho Lopes e José Manuel Mendes e depoimento de Lino Lima sobre o distrito de Braga e ainda o Programa completo da Festa e a planta do recinto — Págs. 5, 6, 7 e 8

28000 PESSOAS JÁ COMPRARAM A SUA EP!

NO 1.º sorteio da EP realizado durante a Festa da Unidade, na Amadora (reportagem na pag. 10) entraram 28.000 talões de EPs vendidas — mais 10 000 do que no 1.º sorteio do ano passado! — Pág. 4

Festival da Juventude

Centenas de jovens estrangeiros estarão em Lisboa no dia 17 a caminho de Havana

Pág. 3



Pág. 3

A realização no passado domingo do Encontro de Mulheres no Pavilhão dos Desportos de Lisboa foi um importante contributo para o alargamento e consolidação do movimento unitário.

ENCONTRO UNITÁRIO DE MULHERES

Editorial

A OFENSIVA CONTRA A CONSTITUIÇÃO

O ano de 1980 começa, de forma lenta e segura, a surgir no quadro da vida política portuguesa: nas decisões das formações partidárias, nas campanhas que se desenham nos órgãos de informação, nas preocupações dos políticos, a perspectiva das próximas eleições começa a despontar como factor determinante.

Como assinalaria Álvaro Cunhal nas conferências promovidas pelo semanário "O Jornal" e sujeitas exactamente às interrogações sobre a situação de Portugal dentro de dois anos, se é verdade que o próximo acto eleitoral — que elegerá nova Assembleia da República investida de poderes constituintes — assumirá efectivamente grande importância, não o é menos que começou já a ser determinado pela acção sobre o presente aquilo que, na órbita dos seus interesses deverá ser o futuro da Democracia portuguesa.

Na acção das forças da direita, o ataque à Constituição e a campanha contra o regime democrático recrudescem. Habilmente, as forças reacçãoárias pretendem, com a sua habitual berraria nas páginas dos órgãos de informação que dominam, apresentar a perspectiva da revisão constitucional como uma absoluta inevitabilidade. De forma sub-reptícia, transforma-se a verdade que a próxima Assembleia da República pode proceder a revisões na Constituição — cabendo-lhe decidir se o fará ou não — numa outra que é a de dar como facto assente que a próxima Assembleia procederá à revisão da Constituição! Efectuada esta operação, a direita avança desde já ardorosamente no vozear sobre o que "terá de ser" alterado no texto constitucional.

Um aspecto preocupante desta campanha é que o próprio PS pela boca de alguns dos seus dirigentes, nomeadamente, Mário Soares, se mostra aberto à revisão constitucional num sentido que pode ir ao encontro das intenções da direita reacçãoária.

Assiste-se assim a uma forma subtil de destruição na força da própria Constituição, escamoteando a direita (e não só) os próprios condicionamentos em que a revisão — a verificar-se — terá de se mover: as disposições do artigo 209 que definem o âmbito de eventuais modificações a serem introduzidas pelos deputados eleitos em 1980 e a necessidade de qualquer modificação exigir uma maioria de dois terços da Assembleia.

Para afastar do caminho do regresso ao passado o escolho que para elas representa a Constituição, as forças reacçãoárias não podem assim limitar-se a aguardar e preparar o próximo acto eleitoral: o povo português tem afirmado nos

anteriores eleições o seu apoio ao progresso e à liberdade e nada garante à direita que essa vontade se vá alterar.

Donde resulta que a campanha contra a Constituição não possa deixar de ser acompanhada pela campanha bastante mais vasta contra as conquistas da Revolução, contra a estabilidade do próprio regime, de tentativas para minar em todos os sectores as bases de apoio da democracia.

No presente momento — e para além do recrudescer das actividades fascistas — a direita aumenta de virulência em duas direcções: o ataque contra a Reforma Agrária e a campanha para desestabilizar a situação militar.

Os projectos sobre a atribuição de novas e ilegais reservas aos grandes agrários e o de estabelecer para as UCPs e Cooperativas a obrigatoriedade de pagamento ao Estado de uma renda que é quase oito vezes superior à contribuição predial paga pelos agrários acompanham a par e passo as escandalosas medidas sobre a cortiça e a caluniosa berraria reacçãoária sobre os supostos cortes de árvores no Alentejo.

Centenas de UCPs veriam a sua viabilidade completamente destruída se os milhares de hectares pedidos pelos agrários fossem entregues e nenhuma poderia suportar o pagamento das verbas absurdas que os técnicos do MAP pretendem reclamar aos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo pelas terras que hoje pertencem ao povo português. Com toda a frieza se encaram medidas que lançariam imediatamente no desemprego cerca de 30 000 trabalhadores.

Por outro lado, em torno das últimas promoções a oficiais gerais, decididas pelo Conselho da Revolução, a imprensa da direita tem desencadeado uma campanha de intrigas e boatos visando não apenas aquele órgão de soberania, mas também a própria estabilização das Forças Armadas no seu conjunto.

O regresso à chefia do PPD/PSD de Sá Carneiro faz naturalmente prever que a nova equipa dirigente daquele partido lhe imprima a orientação declaradamente antidemocrática definida pelo "militante n.º 1" e que o PPD veja acrescido o seu papel nas conspirações reacçãoárias.

Os ataques frontais dos apaniguados de Sá Carneiro ao Presidente da República, a quem nas conclusões se acusa mesmo de "não ter cumprido o seu dever patriótico" é um dado indicativo dessa orientação.

Por seu lado, o CDS, enquanto instalado nos ministérios participa activamente na política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo, prossegue o seu ataque às bases estruturais do regime, às conquistas da Revolução, às nacionalizações e à Reforma Agrária. O aparecimento na boca de Freitas do Amaral da famigerada "teoria do pivô", enquadrando-se neste esforço, revela porém de que forma escandalosa os defensores da recuperação do poder dos monopólios ligam os seus projectos políticos aos interesses do imperialismo, desprezando completamente os interesses populares e a defesa da independência nacional.

Apesar dos perigos e ameaças que se acumulam contra a Democracia portuguesa, seria errado concluir que representam o factor determinante da actual situação política do país.

Não são apenas os esforços da direita para alterar o Portugal de Abril que caracterizam essencialmente a presente situação e as perspectivas que se colocam para o futuro. A força popular e nacional do regime democrático no nosso país revela-se a cada passo.

Em numerosos sectores da vida portuguesa, a compreensão da necessidade de erguer uma barreira aos esforços da reacção e de criar uma alternativa à política do Governo PS/CDS ganha terreno e alargam-se as condições para reforçar a acção de defesa da Democracia.

Se no campo das formações políticas os passos para a unidade de acção que os comunistas defendem e propõem defrontam dificuldades inerentes às vacilações, compromissos e contradições de outros sectores democráticos, ao nível decisivo das massas esse esforço unitário ganha terreno e cria condições favoráveis.

No campo sindical, prosseguem as vitórias de listas unitárias em sindicatos de todo o país e, apesar dos inúmeros apoios e complicitades, o divisionismo sindical (quer o fomentado pelo Partido Socialista, quer o de paternidade PPD, quer ainda o apadrinhado pelo CDS ou conjuntamente por todos eles) não regista progressos assinaláveis. Não encontrando eco junto dos trabalhadores, o divisionismo joga contudo na coordenação da sua nefasta actividade com a acção governamental e as iniciativas legislativas que se preparam, quer a nível de Governo, quer a nível da Assembleia da República. A passividade das autoridades perante os constantes atropelos do patronato à legislação sindical e de trabalho se é naturalmente uma faceta da política de recuperação capitalista e de cedência às pressões da

direita e do imperialismo, articula-se também com o esforço de deixar o movimento sindical unitário sozinho perante a ofensiva patronal, subtraindo-lhe os meios que a própria lei impõe ao Estado para fazer respeitar os interesses dos trabalhadores. Comple-

cências perante look-outs, despedimentos, perseguições, etc., visam também criar situações de receio e retraimento que afectem a força e influência dos sindicatos.

Por outro lado, os projectos de nova lei sindical contam com a existência, quando da sua discussão, dessa teia em formação de sindicatos amarelos que permita aos políticos da direita defender um "pluralismo" e um "reconhecimento" de outros "interlocutores sociais" que os trabalhadores recusam, mas que a reacção e os patrões buscam afanosamente.

Se o divisionismo continua a defrontar a coesão e determinação dos trabalhadores, o esforço dos grandes capitalistas e agrários para arremetarem nas organizações que dominam camadas sociais com interesses bem diferentes dos seus, defronta a crescente tomada de consciência de numerosos pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores no sentido de procurarem formas de organização próprias e eficazes.

A CAP e a CIP se, na realidade, jamais puderam legitimamente invocar a representatividade dos sectores que afirmavam defender, defrontam hoje uma situação nova: de Norte a Sul, numerosos sectores empresariais prosseguem um esforço de organização autónoma e democrática, compreendem que a defesa dos seus interesses se encontra no quadro da Democracia e na própria realidade da estrutura económica do país e não no quadro dos projectos do grande capital, dos grandes agrários e do imperialismo.

Em numerosos outros campos — mulheres, reformados, juventude, intelectuais e quadros técnicos — se verificam progressos no esforço de organização e entendimento.

No conjunto do panorama de Portugal, as reais ameaças para a liberdade e a democracia defrontam forças que têm condições para se lhes opor vitoriosamente.

A Constituição surge assim como uma linha divisória cujo significado se torna dia a dia mais claro. Ergue-se contra ela o passado, mas em sua defesa encontram-se os que pretendem um Portugal livre, próspero e independente e que são a força determinante do nosso processo democrático.

Reforço dos laços entre o PCP e o PSOH

Regressou já ao seu país a delegação do Partido Socialista Operário Húngaro que, a convite do PCP, visitou durante alguns dias o nosso país.

A delegação, chefiada por Károly Németh, membro do Bureau Político e Secretário do CC do PSOH,

permaneceu em Portugal desde o passado dia 26, tendo tido conversações com uma delegação do CC do PCP, composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Ângelo Veloso, membro suplente da

Comissão Política do CC do PCP, e Albano Nunes, membro do CC do PCP.

A delegação realizou várias visitas na região de Lisboa, tendo-se deslocado também ao Porto. Nesta cidade realizou-se, no Cinema Vale Formoso, um

signo do internacionalismo proletário, decorreu em ambiente de grande entusiasmo e vibração, tendo usado da palavra, entre outros, os camaradas Károly Németh e Ângelo Veloso, que vincaram a amizade entre os povos dos dois países e entre o PCP e o PSOH.

Comunicado Conjunto

A convite do Partido Comunista Português, visitou Portugal de 26 a 30 de Junho uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro, dirigida por Károly Németh, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PSOH e de que faziam também parte Ferenc Franc, membro do CC e primeiro-secretário do Distrito de Békés e Gyula Horn, chefe adjunto do Departamento de Relações Internacionais do Comité Central.

Esta delegação teve conversações com uma delegação do Partido Comunista Português dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário Geral do Partido e integrada por Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política e Albano Nunes, do Comité Central e responsável da Secção Internacional.

Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do Partido Socialista Operário Húngaro teve oportunidade de contactar directamente com diversos aspectos da actividade do PCP e da realidade portuguesa, tendo, designadamente, visitado a fábrica Covina e a cidade do Porto onde, no dia 28 de Junho, se realizou um

comício de amizade em honra da delegação. No decurso das conversações, que decorreram num ambiente caloroso e fraternal, as duas delegações trocaram uma ampla informação sobre a situação nos seus países e a actividade dos respectivos partidos, assim como sobre a situação internacional e questões actuais do movimento comunista e operário internacional.

A delegação do PSOH exprimi uma solidariedade internacionalista dos comunistas húngaros para com

a luta consequente do PCP em defesa das conquistas da revolução, pela melhoria da situação económica e social das mais largas massas populares, pela progressão social, em defesa da independência nacional. A delegação do PSOH manifestou o seu apreço pela actividade consequente do PCP com vista a unir todas as forças democráticas contra as actividades conspiratórias das forças fascistas.

A delegação do Partido Comunista Português transmitiu à delegação do PSOH o reconhecimento profundo dos comunistas portugueses pela solidariedade prestada pelos comunistas e o povo da República Popular da Hungria à luta do povo português contra o fascismo e o seu apoio solidário à revolução portuguesa, reafirmado durante as conversações realizadas. Manifestou o alto apreço do PCP pelos êxitos da Hungria socialista, obtidos sob a direcção do PSOH e expressou a solidariedade dos comunistas portugueses aos comunistas húngaros na sua acção pela edificação da sociedade socialista desenvolvida.

Abordando os problemas da situação internacional, as duas delegações sublinharam o desenvolvimento da luta das forças da paz e do progresso a nível mundial. Destacaram os êxitos dos países socialistas no campo político, económico, social e cultural, em contraste com factores permanentes de crise no desenvolvimento dos países capitalistas. Salientaram os sucessos da classe operária internacional e as vitórias do movimento de libertação e da luta anti-imperialista registados nos últimos tempos. Referiram os progressos verificados no campo da coexistência pacífica e no processo de desanuviamento internacional,

nomeadamente no que diz respeito à segurança e cooperação entre os povos europeus.

As duas delegações realçaram que a conservação da paz mundial constitui uma questão decisiva para o destino da Humanidade. Neste sentido, é de vital interesse para todos os povos a diminuição da tensão militar e a cessação da corrida aos armamentos, particularmente no que respeita a todos os tipos de armas de destruição massiva. As delegações do PSOH e do PCP declararam o empenho dos seus partidos na luta pela paz, pelo desanuviamento internacional e pelo desarmamento geral e completo, em conformidade com a Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, realizada em Berlim em 1976, para o que estão prontos a cooperar com outras forças democráticas e progressistas em acções e iniciativas que tenham por fim afastar o perigo de uma catástrofe termonuclear.

As duas delegações constataram que, esforçando-se por conter o avanço das forças da paz, da Independência e do progresso social, o imperialismo põe constantes obstáculos à política de desanuviamento, relança a corrida aos armamentos e ressuscita o clima de guerra fria, multiplica as formas de ingerência e as manobras de diversão e propaganda, recorre a métodos de intervenção e agressão contra Estados soberanos ou povos em luta pela sua libertação.

As duas delegações manifestaram a sua solidariedade a todos os povos em luta contra o fascismo e a reacção, o racismo, o colonialismo, o neo-colonialismo e o apartheid, contra todas as formas de dominação imperialista, pela

democracia, a independência nacional, o progresso social, a paz e o socialismo. Condenando com particular energia os novos planos imperialistas em África, as duas delegações declararam o seu inteiro apoio aos povos que neste continente se libertaram do jugo colonialista e lutam pela consolidação da sua independência nacional, pelo progresso social e pela construção de uma vida nova nos seus países.

Partindo do facto de que cada partido define a sua política de modo independente e consoante as condições nacionais do seu país, as delegações do PCP e do PSOH sublinharam a importância fundamental que, no presente contexto, assume o reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário para o qual se propõem continuar a contribuir com a sua actividade. Destacaram também a necessidade do reforço da solidariedade anti-imperialista de todas as forças amantes da paz e do progresso social.

As duas delegações constataram o interesse recíproco do povo húngaro e do povo português no desenvolvimento de relações de cooperação multilateral entre a República Popular da Hungria e Portugal e declararam a sua disposição de continuar a contribuir activamente para o prosseguimento desse objectivo.

A visita da delegação do PSOH a Portugal e as conversações realizadas com o PCP representam uma nova contribuição para o fortalecimento das relações fraternais existentes entre os dois partidos e para a ampliação da sua cooperação internacionalista.



Sob o signo do internacionalismo proletário e da amizade entre o povo português e o povo húngaro e entre o PSOH e o PCP, o cinema Vale Formoso no Porto, vibrou intensamente.

O Jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL. Av. Santos Dumont, 57-2º - D.º - Lisboa-1. Tel. 769744/769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - Lisboa-4. Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Central: Rua Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 769744/769751. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1. Tel. 769705. Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 82 - Lisboa-2. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel. 283938. Casa da Venda: R. do Almada, 18-2º - Esq. - Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Cruz, 6 - Coimbra. Tel. 283194. Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564. Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493. Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e Impresso na Heika Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 82 481

Depoimento de Károly Németh

No final da visita da delegação do PSOH, o «Avante!» registou as impressões do camarada K. Németh, que nos prestou o seguinte depoimento:

A visita da delegação do PSOH realizou-se a convite do CC do PCP e surge na sequência das visitas efectuadas por diversas delegações de comunistas portugueses à Hungria.

Consideramos estas visitas muito importantes, tanto mais que as relações entre os dois partidos são excelentes, que os unem grandes tradições revolucionárias e que os laços entre ambos se pautaram sempre pelos princípios do internacionalismo proletário.

Após o triunfo da Revolução Portuguesa, em 25 de Abril, as relações inter-partidárias aprofundaram-se, seguindo os comunistas húngaros com grande atenção a luta dos comunistas portugueses pela unidade das forças progressistas, pela defesa da democracia e por uma autêntica independência nacional.

O povo húngaro, que sempre manifestou a sua solidariedade para com a luta dos comunistas portugueses, tem um grande apreço pelas conquistas alcançadas após o 25 de Abril. Consideramos que o mérito desses resultados se deve, em grande parte, ao PCP e à luta abnegada dos seus militantes.

Portugal tem hoje uma Constituição muito progressista, que garante as liberdades democráticas e consagra as conquistas fruto da luta dos comunistas e das forças progressistas em Portugal.

Que os inimigos do progresso procurem levantar diversos obstáculos às vitórias e conquistas de um povo que alcança a democracia, é uma experiência universal e acontece em todos os pontos do mundo. Compreendemos por isso muito bem que os comunistas portugueses estejam dispostos a defender todo o preço as conquistas do 25 de Abril que, afinal, pertencem a todo o povo português.

Durante a nossa visita,

mantivemos conversações com representantes do CC do PCP e posso afirmar francamente que estamos de acordo em todas as questões essenciais. A nossa opinião quanto à situação internacional é idêntica, o que é particularmente importante no momento actual, em que os inimigos do desanuviamento estão cada vez mais activos.

Os dois partidos condenam as tentativas dos que querem deter o desanuviamento e impor a corrida aos armamentos. São ambos partidários da coexistência pacífica e lutam para que ela seja uma realidade, para que os milhões de contos que os imperialistas querem investir em armamentos sejam utilizados na defesa dos interesses da humanidade.

Tanto o povo húngaro como o povo português, bem como todas as pessoas de boa vontade no mundo, desejam viver em paz porque só a paz lhes pode melhorar as suas condições de vida. A tarefa principal dos comunistas e de todas as pessoas

amantes da paz, no momento actual, deve ser impedir uma guerra nuclear.

Nesta estadia, que contribuiu certamente para consolidar os laços de amizade entre os comunistas húngaros e portugueses, pudemos apreciar e sentir em todas as nossas deslocações a decisão e abnegação dos comunistas na realização dos objectivos propostos pelo Partido, bem como a solidariedade e sincera fraternidade do PCP para com o PSOH. Estamos satisfeitos também por ter tido oportunidade de manifestar a nossa profunda solidariedade para com os comunistas e as forças progressistas portuguesas.

Desejamos reafirmar uma vez mais que o povo húngaro, que construiu o socialismo, está verdadeiramente interessado em que também Portugal avance rumo ao socialismo e transmitir, através do «Avante!», as nossas melhores saudações ao povo português e aos maiores êxitos na sua luta pela consolidação da democracia, por uma vida melhor.

Semana

28

Quarta-feira

1974 — O PCP realiza o primeiro comício no Campo Pequeno.

No intervalo da reunião do Conselho de Ministros, o titular da pasta dos Transportes e Comunicações informa que os preços da utilização dos telefones serão aumentados a partir de 1 de Julho. ■ Mário Soares aceita o convite para visitar oficialmente a Checoslováquia. ■ O Tribunal de Loures absolve nove trabalhadores da Copam, na sua maioria delegados sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores que no ano passado tinham sido detidos pela GNR. ■ Na Assembleia Municipal do Porto é revelado que o Ministério da Administração Interna exige a aplicação das novas tarifas de electricidade, já em vigor na quase totalidade do país. ■ O Conselho de Ministros decide aumentar o capital social da Quimigal, EDP, Carris, Petroquímica, Complexo do Cacho e Enatur. ■ Trabalhadores de «O Século» e da comunicação social manifestam-se em S. Bento pelo direito ao trabalho naquele jornal. ■ O Conselho da Revolução promove a brigades oitavo dos coronéis que frequentaram o curso de Comando e Direcção do Instituto de Altos Estudos Militares. O coronel Pires Veloso não foi promovido.

29

Quinta-feira

1976 — É decretada a nacionalização da RTP e de todas as emissoras de Rádio à excepção da Rádio Renascença.

O Supremo Tribunal Militar reduz a pena de 20 para 18 meses de prisão ao capitão Andrade Silva. ■ O Presidente da República, general Ramalho Eanes aceita um convite para visitar oficialmente a Checoslováquia que lhe foi dirigido pelo Presidente do Conselho de Estado daquele país, Gustav Husak, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, Bohuslav Choupek, que visitou o nosso país. ■ Os trabalhadores da Companhia das Lezírias paralisam a fim de pressionar a comissão administrativa a reintegrar imediatamente na empresa um membro da Comissão de Trabalhadores e dirigente sindical que os seus companheiros de trabalho consideram que foi arbitrariamente despedido. ■ Num comunicado os trabalhadores dos Telefones de Lisboa e Porto acusam a má política do Governo de que resultou o aumento do preço das chamadas. ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros chega a Londres para uma visita oficial de dois dias. ■ Centenas de pessoas manifestam-se na cidade de Leiria contra o aumento do custo de vida. A manifestação, convocada pelo movimento sindical unitário, foi a primeira, nesta cidade, depois de 1975.

30

Sexta-feira

1793 — É inaugurado o Teatro de S. Carlos

A CGTP-IN vai promover uma Conferência Nacional de Organização Sindical, é informado numa conferência de Imprensa. A proposta da Conferência foi apresentada pelo Secretariado Nacional da CGTP que obteve o parecer favorável do Conselho Geral. ■ Listas unitárias vencem as eleições para os Sindicatos dos Técnicos de Desenho, Electricistas do Norte e Metalúrgicos do Distrito de Setúbal. ■ Mais de três dezenas de militantes e activistas do Partido Socialista do concelho de Miranda do Douro decidem desvincular-se do seu partido. ■ Em Penafiel, no decorrer de um plenário de sindicatos é formada a respectiva União dos Sindicatos. O mesmo sucede na Amadora. ■ A direcção do Sindicato da Hotelaria do Distrito de Faro revela que as empresas daquela região devem cerca de um milhão de contos à Previdência. ■ O «Diário da República» publica um diploma no qual os cidadãos portugueses, com mais de 25 anos e menos de 65, que saibam ler e escrever e estejam no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos e que não estejam pronunciados nem tenham sofrido condenação, por crime doloso, podem ser nomeados, a partir de 1 de Outubro, Juizes Sociais. ■ Num almoço na Associação dos Diplomatas, Basílio Horta reconhece que não bastam os empréstimos para resolver a crise e que é necessário exportar mais e importar menos. ■ Os láxix passam a ter nova tabela, mais elevada.

1

Sábado

1966 — O regime fascista, para fazer face aos custos elevados da guerra colonial decreta o imposto de Transacções.

Uma lista unitária vence as eleições para o Sindicato dos Rodoviários e Garagens do Centro e Sul. ■ Na sessão comemorativa do Dia Mundial da Cooperação, realizada no Instituto António Sérgio, o primeiro-ministro promete o apoio do Governo às Cooperativas. ■ Ao regressar de Israel, o ministro da Agricultura e Pescas informa que Portugal vai alargar a cooperação com aquele país nos domínios da agricultura e pescas. ■ No encerramento do II Encontro de Presidentes de Câmaras PS é pedido o aceleração do processo de descentralização de competências do Estado a favor das autarquias. ■ No cinema Roma, em Lisboa, começa o VI Congresso do PPD.

2

Domingo

1968 — Os pescadores de Matosinhos terminam uma greve de dois dias exigindo aumento de salários. Cerca de 120 traineiras ficam nas docas.

A Comissão Nacional do PS marca a realização do próximo Congresso do partido para Janeiro de 1979. Falando aos jornalistas Mário Soares revela que no Congresso não serão alterados os estatutos e o programa do PS. ■ Ao terminar o VI Congresso do PPD, Sá Carneiro é o presidente do partido. Meneses Pimentel e Amândio de Azevedo, afectos a Sá Carneiro, são eleitos respectivamente presidente da Comissão Política Nacional e secretário-geral do PPD. ■ Por iniciativa do MDM do Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa e das Comissões Unitárias de Mulheres realiza-se no Pavilhão dos Desportos o Grande Encontro das Mulheres do Distrito de Lisboa. A degradação das condições de vida e a condição da mulher foram alguns dos temas debatidos. ■ Por iniciativa do Movimento de Apoio aos Pequenos Agricultores realiza-se nas Caldas da Rainha uma jornada convívio com a venda de diversos produtos. ■ Parte para a República Federal Alemã, numa visita oficial, o secretário de Estado da Comunicação Social. ■ O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal participa num comício em Coruche, cujo discurso publicamos noutra local. Por seu turno, o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP encerra o comício que se efectua no último dia da Festa da Unidade na Amadora e de que também damos notícia noutra página.

3

Segunda-feira

1968 — Os trabalhadores da Carris terminam a sua greve de três dias, a qual consistia na não-cobrança dos bilhetes. O governo fascista é obrigado a ceder.

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal participa nas «Conferências Democráticas» promovidas pelo semanário «O Jornal». ■ O Ministério da Educação e Cultura reintegra, na Faculdade de Direito de Coimbra, Afonso Rodrigues Queiroz, elemento da comissão central da extinta ANP. ■ Os professores da Escola Visconde de Juramenha, suspensos anteriormente pelo MEC, são reintegrados com todas as regalias. ■ A reunião entre os representantes dos Sindicatos dos Professores e o ministro da Educação redonda num malogro. ■ O Secretariado Nacional da UEDS desmente, num comunicado, a existência de quaisquer negociações para a constituição de um bloco ou frente com a UDP ou o MES. ■ É rearguido o processo do agente da Pide, José Gonçalves, que em 4 de Julho de 1945 assassinou o camarada Alex. Na época, o processo tinha sido arquivado pelo respectivo juiz que considerou o assassinio de Alfredo Dinis como «um mal necessário e justificado».

4

Terça-feira

1945 — O pido José Gonçalves assassina o camarada Alfredo Dinis (Alex), dirigente comunista.

Alguma imprensa manifesta espanto pelo facto de o Governo ter autorizado a importação de um milhão de litros de leite quando existe um excesso na produção nacional que, a não ser consumida, terá de ser destruída. ■ Uma nota oficiosa do Ministério da Agricultura e Pescas informa que desde 20 de Março foram devolvidas 83 reservas, num total de 16 mil hectares. ■ A população do Barreiro manifesta-se contra a política de cerco que o Governo tem praticado para com a Câmara daquele concelho.

A Festa do «Avante!» é nos dias 8/9/10 de Setembro

Preparar o terreno do Jamor, trabalho iniciado, trabalho a continuar!

Era um sábado de sol. O primeiro sábado de sol verdadeiro deste Verão que não queria vir cedo mas acabou por chegar exagerando. No Jamor algumas dezenas de camaradas arrancaram com um trabalho que vai requerer muito esforço. E, no imenso terreno que se lhes estendia à frente, por entre o pó e o calor sufocante — não era o calor de uma praia amenizada, pela frescura da água — meteram as mãos à obra.

Podiam ter sido muitos mais, pensavam. A extensão do mato a arrancar era demasiada para os que compareceram ao apelo, nesta primeira jornada. Mas nem por isso deixaram de dar os primeiros passos num trabalho que é essencial para que a Festa do «Avante!» se faça.

Uma cidade, como a que está na mente dos comunistas construir para que a sua festa nacional e internacionalista, não se pode sequer imaginar sem o espaço limpo onde se vai erguer. Portanto, a primeira tarefa é consegui-lo, como quem diz criá-lo, abrindo as praças e as ruas onde muitos milhares de pessoas, camaradas, amigos e democratas de tantas tendências que ao lado dos comunistas lutam na defesa das conquistas de Abril vão conviver em Setembro.

Estamos a pouco mais de dois meses da Festa que vai brilhar no Jamor, numa cidade que falta construir. O tempo para erguê-la não é demasiado. As mãos que a vão construir não serão demasiadas.

E também os camaradas e as ferramentas que durante os próximos fins-de-semana irão desbastar mais o mato que impede por ora a construção não serão demasiados.

Nesta primeira jornada avançou-se, tendo em consideração o facto de que não eram muitos os que puderam e se decidiram a dar os passos iniciais num trabalho fatigante mas no ambiente de fraternal alegria que é comum às tarefas dos comunistas.

Muito falta ainda a fazer. E, embora haja razões para esperar que os fins-de-semana que se aproximam apareçam como verdadeiros dias de Verão, há razões para pensar que vão ser muitos mais os que se vão decidir a dar uma ajuda.

É preciso organizar essa ajuda. É preciso fazer já os planos de trabalho, comunicar às organizações do Partido a disposição de cada um em participar no trabalho. Há organizações que de longe de Lisboa preparam mesmo excurções, o entusiasmo ganha aqueles que vão de novo transformar o Jamor no espaço a habitar pela fraternidade e pela alegria na Festa do «Avante!».

No próximo fim-de-semana, dadas as muito variadas e importantes iniciativas que o Partido promove, não haverá jornada de trabalho no Jamor. mas nos seguintes...

Vai ser preciso que todos prestemos a nossa colaboração activa. Lembramos que as ferramentas,

principalmente enxadas, que cada um possa levar, serão bem-vindas. E não esquecer levar favel, para o piquenique que, como é habitual, vai animar a pausa da hora do almoço.

Vamos já preparar tudo para que, dentro em pouco o trabalho de arranjo do terreno da nossa Festa, prossiga, com novo alento!



Soou o tiro da partida para a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria!

Já toda a gente fala da Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria. A iniciativa encontrou muita receptividade entre camaradas e amigos, e agora a dificuldade que é preciso vencer consiste no arranque da fase de preparação que, conforme temos vindo a anunciar, se prolongará até à Festa do «Avante!».

Para já, informamos que os materiais necessários aos participantes ou já chegaram ou estão a chegar por estes dias às diversas organizações, junto das quais os interessados deverão procurá-los. Esses materiais são os seguintes:

Manual de Orientação — Destinase a esclarecer as condições em que os núcleos devem funcionar. Cada núcleo deve possuir um exemplar, o qual deve ser lido por todos os membros do núcleo.

Agenda — Trata-se de um documento individual, que cada praticante deve possuir, a fim de tomar conhecimento de todos os elementos necessários para orientar a fase de preparação, desde o «exme dos 12 minutos» até às tabelas de treino e às fichas de registo do seu trabalho.

Entretanto, tem



levantado algumas dúvidas o que é que os interessados deverão fazer para participar na prova. A resposta é simples. Cada Manual de Orientação tem incluído o modelo da ficha individual de inscrição, e é seguindo esse modelo que cada concorrente deverá entregar no respectivo núcleo todos os elementos necessários.

Também o Manual inclui uma ficha de inscrição do núcleo, a qual, depois de devidamente preenchida, deverá ser enviada para a Comissão Desportiva da Festa do «Avante!», Centro de Trabalho Vitória, Av. da Liberdade, Lisboa. Outras dúvidas que haja poderão ser comunicadas para aquela morada, a fim de

que as possamos esclarecer nestas páginas.

Lembramos ainda que, logo que possível, os núcleos poderão começar a enviar para a Comissão Desportiva da Festa do «Avante!» os resultados do seu trabalho, a fim de que possamos começar a publicar a tabela classificativa das primeiras semanas de preparação — a Classificação «Avante!».

E agora, camaradas e amigos, mãos à obra, que é como quem diz, vamos exercitar as pernas! E, primeiro do que tudo, vamos ler atentamente o manual e a Agenda, vamos organizar os nossos núcleos e planejar o nosso trabalho!



As imagens são do ano passado. Mas é necessário que o mesmo ambiente se viva este ano nos terrenos do Jamor

28 mil EP's vendidas!

No princípio da semana, já se contavam mais de 28 mil EP's vendidas em todo o país!

Trata-se de um êxito extraordinário. E que é necessário ponderar. No ano passado, por esta altura, havia menos 10 mil Entradas Permanentes vendidas. Deve-se portanto à grande compreensão que muitos e muitos camaradas revelaram no cumprimento da importante tarefa que é a venda da EP, os números já alcançados, sobretudo numa altura em que as dificuldades dos trabalhadores aumentam.

E deve-se também, este êxito, à extraordinária expectativa que a próxima Festa do «Avante!» está a produzir junto de cada vez mais amigos que em Setembro lá estarão no Jamor.

De facto ninguém quer deixar de confraternizar na grande realização política, cultural e artística que a Festa vai ser. Além disso, são muitas as vantagens que a EP oferece. Uma delas é o habilitar o seu possuidor aos valiosos brindes a sortear por três vezes, uma das quais teve já lugar, no passado domingo, na Amadora.

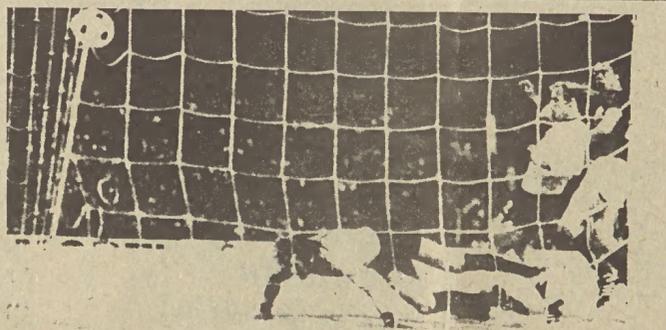
Há muitas iniciativas, ligadas à venda da EP — que é preciso continuar a dinamizar — de que podemos dar exemplos. Assim, em Santarém, um casal de camaradas, juntamente com a distribuição do «Avante!», vendeu 65 EP's em menos de 2 semanas! Em Alcanena, os nossos camaradas encontraram uma solução para tornar mais leves as despesas da compra da EP e da deslocação à Festa, conseguindo que a EP e passagem sejam pagas em prestações. Deste modo, em Alcanena já se vendeu uma parte considerável dos cupões de entrada e já se encheu uma camioneta!

Os números e os brindes do 1.º Sorteio da EP

No 1.º Sorteio, realizado no passado domingo, ao findar a Festa da Unidade, na Amadora, foram atribuídos aos possuidores dos seguintes cupões de EP's, os brindes que descrevemos, por ordem:

- 1.º — 104 830 — Um Frigorífico
- 2.º — 197 224 — Um Televisor
- 3.º — 174 902 — Um Fogão
- 4.º — 34 180 — Um Batedeira
- 5.º — 39 048 — Um Grelhador
- 6.º — 100 514 — Um Painel de Pressão
- 7.º — 189 553 — Uma Torradeira
- 8.º — 139 977 — Um Cortador de Fiambre
- 9.º — 174 097 — Uma Balança de Cozinha
- 10.º — 78 548 — Uma Biblioteca da Editorial «Caminho»
- 11.º — 135 808 — Discos das etiquetas «Mundo Novo» e «Toma Lá Disco» no valor de mil escudos
- 12.º — 124 877 — Uma Cafeteira para fazer café
- 13.º — 129 432 — Uma Biblioteca da Editorial «Avante!»
- 14.º — 78 024 — Uma Biblioteca da Editorial «Opinião»
- 15.º — 76 935 — Uma Tela Lénine
- 16.º — 126 164 — Um Desenho de Álvaro Cunhal com moldura
- 17.º — 22 491 — Uma Assinatura do jornal «Avante!»
- 18.º — 87 863 — Uma Assinatura da Revista «EC-Questões Ec. e Sociais»
- 19.º — 26 341 — Uma Assinatura da Revista Internacional
- 20.º — 34 209 — Uma Assinatura da revista «Poder Local»
- 21.º — 103 698 — Uma Assinatura da revista «Seara Nova»
- 22.º — 103 695 — Uma Assinatura da revista «Vida Soviética»
- 23.º — 120 198 — Uma Assinatura de «O Militante»
- 24.º — 120 199 — Uma Assinatura de «O Militante»
- 25.º — 120 200 — Uma Assinatura de «O Militante»

Os brindes relativos às EP's premiadas podem ser levantados no Centro de Trabalho Vitória, na Av. da Liberdade, em Lisboa, a partir da próxima segunda-feira.



Em Espinho já houve torneio de futebol

Realizou-se em Espinho, nos dois últimos fins-de-semana, o primeiro Torneio de Futebol de 11 no âmbito da Direcção da Organização Regional das Beiras (DORB) do PCP, para a Festa do «Avante!».

Saiu vencedora a equipa do Cantinho da Rambóia, que na final venceu a da Praia da Seca. Além destas, participaram no torneio as equipas Magos Danta, Canários da Tabuça, Juventude de Espinho e Quinta de Paramos.

No próximo dia 31 serão entregues, no decorrer de uma festa que terá lugar na lota da cidade, taças para todas as equipas, prémios para os melhores guarda-redes e marcadores e para os árbitros, e ainda livros para todos os jogadores (96 ao todo).

Uma sessão de Canto Livre e uma exposição sobre as duas primeiras Festas do «Avante!», além da projecção de slides, filmes e outras atracções constituem o programa da festa do dia 31.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



«Entre Dezembro de 74 e Dezembro de 77 a organização do Partido em Braga mais do que quadruplicou»

O camarada Carlos Costa, numa entrevista que concedeu ao «Avante!» a propósito do significado da Festa da Alegria, traçou um quadro da actual situação no distrito de Braga e das perspectivas que se abrem ao trabalho do Partido, tendo salientado o esforço e desenvolvimento da organização nesta região.

— Qual o significado da Festa da Alegria que se vai realizar no próximo fim-de-semana em Braga, sabendo-se que ela decorrerá numa região do País onde, por várias vezes, ocorreram graves atropelos à ordem democrática?

— Suponho que esta pergunta sobre o significado da Festa decorre da projecção que ela está a ter em todo o Norte e, de certo modo, à escala nacional. Esta Festa exprime, de uma maneira muito viva e bela, o que se passa no distrito de Braga: exprime o desenvolvimento da organização do Partido e do seu trabalho de massas, as perspectivas futuras e a confiança dos militantes do Partido, confiança baseada nos êxitos que têm obtido e nas perspectivas desse trabalho.

— Concretamente, em que termos se traduz o desenvolvimento do trabalho do Partido na região de Braga?

— Para dar uma ideia sintética do desenvolvimento do Partido na região de Braga, pode dizer-se que, entre Dezembro de 1974 e Dezembro de 1977, a organização do Partido mais do

que quadruplicou. Entre Setembro de 1976 e Dezembro de 1977, aumentou cerca de 50 por cento. Em Braga há hoje uma organização numericamente tão forte como, por exemplo, a Organização Regional do Algarve. Isto dá uma ideia da pujança da organização do distrito de Braga. Sucede ainda que, sendo Braga uma região em que a reacção tem certo domínio e desenvolve uma actividade terrorista intensa, pode dizer-se que aqueles que ali vêm ao Partido são, normalmente, militantes bastante determinados, isto é, com um grau de consciência política e dedicação ao Partido e à causa dos trabalhadores muito elevado.

— Podes exemplificar em que se traduz o desenvolvimento do trabalho de massas realizado pelo Partido na região, tendo em conta que esse trabalho tem trazido um grande desenvolvimento da organização do Partido?

— Os resultados eleitorais, não sendo a única nem, de certo modo, a melhor forma de expressão do trabalho de massas, exprimem

também esse trabalho. Ora, entre as eleições para a Assembleia da República e as eleições para as autarquias, neste espaço de nove meses, a votação do Partido aumentou cerca de 86 por cento.

Em relação a todos os distritos do país e Regiões Autónomas, este foi o segundo maior aumento que o Partido teve em termos percentuais e o maior em termos absolutos (mais 12 000 votos). O Partido tem hoje no distrito de Braga uma votação superior, em número absoluto de votos, à do distrito de Portalegre e ligeiramente inferior à do distrito de Faro.

Isto exprime de certo modo o trabalho de massas que ali se desenvolve: o Partido realiza um intenso trabalho nos sindicatos, e a maioria deles têm direcções unitárias; o Partido realiza um trabalho intenso nas comissões de trabalhadores. O trabalho camponês está também a adquirir uma expressão muito importante. Realiza-se igualmente um trabalho muito interessante entre os intelectuais e outras camadas da população.



Em todo o distrito de Braga fortalece-se o vigor com que os trabalhadores, homens, mulheres e jovens lutam pela defesa das conquistas da Revolução. Também em Guimarães se alarga e fortalece o movimento popular.

Expressão do trabalho de massas

— Uma realização com as características desta Festa da Alegria tem, necessariamente, como ponto de apoio uma política aberta e unitária por parte da organização do Partido. Quais são os traços fundamentais dessa política unitária?

— Uma das principais razões do êxito do trabalho do Partido no distrito de Braga deve-se precisamente à boa assimilação da linha e da orientação do Partido em relação ao trabalho unitário e a sua aplicação consequente por parte dos camaradas de Braga.

Podemos citar o exemplo da Juventude. A Juventude comunista

tem ali um trabalho muito bom. Houve um tempo em que camaradas de outras regiões tinham uma certa discordância com os camaradas da juventude comunista de Braga — pensavam aqueles que, desde logo, estes se deviam preocupar mais com o desenvolvimento da sua organização. Os jovens camaradas de Braga pensavam, contudo, de outra forma — pensavam que a melhor forma de desenvolver o trabalho da juventude comunista era, antes disso, mas com isso, desenvolver um grande trabalho unitário. E foi assim que foram surgindo em Braga grande número de clubes

juvenis e um trabalho unitário de massas muito interessante que permitiu o posterior desenvolvimento acelerado da organização da juventude comunista.

O que se diz em relação à juventude pode dizer-se relativamente a qualquer outro aspecto do trabalho da organização do Partido na região de Braga.

Isto não obsta a que, nalguns concelhos, haja camaradas muito sectários, às vezes até camaradas com muitos anos de Partido, verificando-se que, nesses locais, o trabalho de massas já não avança tanto.

O mais jovem distrito do país

— Sem querer estar a privilegiar qualquer sector da actividade do Partido, qual é, de todas as frentes do trabalho de massas, aquela em que o crescimento e o aumento da influência do Partido tem sido mais sensível?

— Creio que é, na verdade, no trabalho sindical e junto das comissões de trabalhadores, isto é, junto da classe operária. Falando no plano social e ético, é precisamente junto da juventude operária que o trabalho do Partido mais se tem alargado. Isto corresponde também a uma característica do distrito: a população de Braga é a mais jovem do País, isto é: Braga é o distrito em que é maior a percentagem da população até aos 24/25 anos.

Em conformidade com esta estrutura da população, o trabalho do Partido tem-se desenvolvido muito entre a juventude. Em qualquer realização, verifica-se sempre uma enorme participação de jovens e também de mulheres (o que, aliás, reflecte também a importância do sector feminino num distrito em que a indústria têxtil é a mais importante).

— Quais são as principais dificuldades que subsistem para um maior desenvolvimento da actividade da organização do Partido no distrito de Braga?

— Esta questão não é específica do distrito de Braga. A implantação do Partido é muito menor, por exemplo, em Braga do que no distrito de Setúbal, e isto para citar dois distritos com quase o mesmo número de habitantes. A implantação do Partido é, de uma forma geral, menor no Norte que no Sul.

Isto deve-se a um conjunto complexo de razões de ordem histórica, económica, social e política que não seria adequado aqui referir. Penso, contudo, que há um factor objectivo que neste caso influencia todos os outros: a estrutura da propriedade agrária

ao longo de muitos e muitos anos, mesmo ao longo de centenas de anos.

No Sul predomina a grande propriedade; no Norte predomina a pequena e mesmo a pequeníssima propriedade, por vezes ainda arrendada. Basta dizer-se que a área média das explorações agrícolas no distrito de Braga é de 2 hectares e a área média das explorações agrícolas no distrito de Beja — antes da Reforma Agrária — era de 36 hectares, isto é, deztois vezes superior.

Isto originou que, no Sul, a classe operária da indústria vinha da classe operária dos campos, enquanto que no Norte a classe operária vinha, não de outra classe operária, mas dos camponeses e, portanto fortemente influenciada por toda a mentalidade camponesa.

Há, naturalmente, outros factores: a classe operária do Sul é uma classe operária de formação mais antiga, enquanto que a do Norte é mais recente. Isto tem também uma expressão muito nítida no Partido: No Norte, a implantação do Partido é mais forte nos locais em que a classe operária é mais antiga.

Por outro lado, enquanto que as grandes empresas no Sul se implantaram em grandes centros populacionais de tipo urbano, as grandes empresas no Norte (exceptuando Porto e arredores) implantaram-se em povoações de tipo rural.

Todos estes factores objectivos pesaram e pesam ainda muito em toda a situação. Contudo, as consequências das razões objectivas podem, e estão a ser superadas pelo trabalho do Partido, assente em factores objectivos que são a existência de uma grande classe operária, um grande campesinato muito pobre e que hoje se está a organizar intensamente e a adquirir uma clara consciência política.

— Sabendo-se que, no distrito

de Braga, há uma grande influência da Igreja Católica, quais são os traços principais do trabalho do Partido junto dos católicos?

— Em Braga, tal como no País, não há um problema de comunistas e católicos como duas entidades separadas e exteriores uma à outra. Grande número de comunistas são católicos. Não há motivo nenhum para que um católico não adira ao Partido e não trabalhe dentro do Partido.

Para nós, não há um problema

de comunistas e católicos porque tratamos com os trabalhadores como trabalhadores sem considerar se são católicos ou não. E nesta base que o trabalho tem sido feito e, por isso, é que há certamente muitos católicos inscritos no Partido. É, aliás natural que em Braga haja um maior número de católicos inscritos no Partido do que noutras regiões, dado que a influência da religião entre os trabalhadores é aí maior. Basta dizer-se que enquanto o número de casamentos não católicos é em Braga de apenas 1,5%, em Setúbal ultrapassa os 58%.

Creio que este facto não se desliga da estrutura da propriedade agrária que acima fiz referência. É sabido também que, baseados nestas realidades, alguns têm tentado aproveitar-se dos sentimentos religiosos do Povo para fins claramente políticos. Antes, para um apoio ao fascismo que ia até à «santificação» do Tomás (origem divina do poder), hoje, para a luta contra o 25 de Abril. Diga-se de passagem que os que assim procederem e procedem têm prejudicado bastante a imagem da Igreja.

Muitos católicos inscritos no Partido

— O distrito de Braga foi, durante a grande ofensiva das forças reaccionárias em 1975 e 1976, das regiões mais duramente atingidas pelo terrorismo. tendo o nomeamento do Partido ficado privado de grande número dos seus centros de trabalho. Qual é hoje a situação?

— Em primeiro lugar deve considerar-se que esses assaltos aos centros de trabalho do Partido foram actos terroristas perfeitamente organizados e não eram nenhuma expressão da «côlera popular contra os comunistas», como alguns pretendiam. Aliás, aquele que lançou esta tese foi depois alvo, ele próprio, de um atentado bombista na sua própria casa. E, certamente, nessa ocasião, não pensou que estava a ser alvo da «côlera popular!» E não estava: estava a ser vítima de um acto deliberado de um pequeno grupo de terroristas tal como acontecia no Norte.

Vimos e temos fotografias demonstrativas de que os mesmos indivíduos apareciam e participavam em diferentes assaltos aos centros de trabalho. Também se verificou que a televisão americana estava quase sempre no local, em cima do acontecimento. Certamente que

não tinha tempo de vir à pressa dos Estados Unidos e chegar a horas... Tratava-se de actos perfeitamente comandados e ligados ao esforço contra-revolucionário do Verão de 1975. Naturalmente que isto animou a reacção. A orientação dos partidos da direita é sempre, e particularmente ali, uma orientação de prática da violência contra os comunistas. Contudo, o desenvolvimento do trabalho e valentia com que os camaradas defenderam as suas posições e prosseguiram a sua luta, uma maior consciencialização das mais amplas massas populares acerca do que eram estes assaltos e do seu carácter fascista, retiraram as condições propícias a essa prática generalizada de terrorismo contra os centros de trabalho do PCP.

Nalguns lados, os senhorios ricos não alugam casas ao Partido e, por isso, essas terras ainda não foi possível recriar os centros de trabalho; noutros locais eles já foram recriados. No caso concreto da cidade de Braga, não tendo sido possível alugar uma casa, os camaradas compraram recentemente um bom edifício para o novo centro de trabalho do Partido. Creio que esta actividade a que metaram ombros é também expressiva da força e confiança dos militantes de Braga no seu trabalho e na situação política em geral.

Perspectivas de trabalho

— A Festa da Alegria virá, certamente, abrir novas perspectivas para o trabalho dos comunistas de Braga. Quais as perspectivas que poderão ser abertas?

— Esta Festa surge porque há extraordinárias perspectivas. Uma Festa desta envergadura só pode surgir onde há uma considerável força e onde há grandes perspectivas de desenvolvimento dessa força. É o que sucede no distrito de Braga.

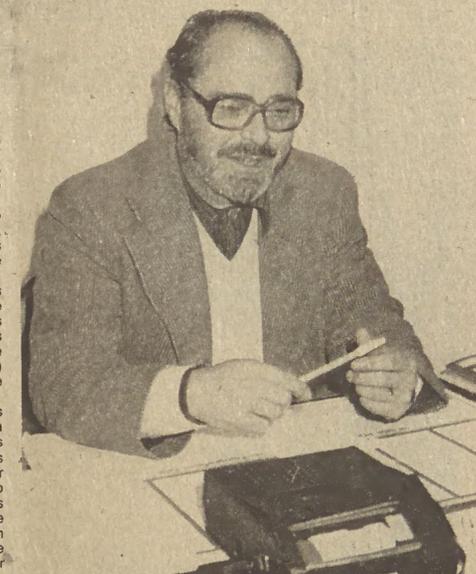
Muita gente não repara que, por exemplo, o distrito de Braga tem mais população que todo o Alentejo junto — e isto apesar de ser um pequeno distrito. Há mais operários industriais no distrito de Braga do que no distrito de Setúbal. Braga é o terceiro distrito do país em número de operários industriais. Por outro lado, o campesinato pobre tem neste distrito um enorme peso — existem mais de 60 000 explorações agrícolas.

Braga é também, quanto a população, o distrito mais jovem do País; e como a juventude tem tendência a aderir aos ideais mais progressistas e revolucionários («o comunismo é a juventude do mundo»), as perspectivas são portanto, óptimas.

Há pois um conjunto de circunstâncias no distrito de Braga que possibilitam que a organização do Partido se tome ali, a curto prazo, uma organização muito forte.

A Festa exprime o trabalho realizado, as perspectivas do trabalho a realizar e a confiança dos camaradas do distrito de Braga, baseada no trabalho que já realizaram e no conhecimento das perspectivas do trabalho que podem realizar. A grande Festa da Alegria será, certamente, mais um contributo ao reforço do Partido.

Ela reforçará também a unidade das massas populares e das forças democráticas do distrito de Braga.



O camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

DISTRITO: BRAGA PARTIDO: PCP (1) (2) / FEPU (3)

Table with 10 columns: Concelhos, Assembleia Constituinte (1), Assembleia da República (2), Assembleias Municipais (3), and Ganhos/Perdas Assembleia/Municipais. Rows include Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, and Total do Distrito.

A evolução eleitoral

A nível do distrito é de salientar a subida espectacular do Povo Unido (mais 11 809 votos, ou seja mais 85,9% em relação à votação do PCP em Abril de 1976) e a descida de quase todos os outros partidos (PS, PPD/PSD e CDS). Dos três é o PS (com menos 34 401 votos, menos 31,8% do seu eleitorado em Abril) o que mais perde. Em consequência perde também o primeiro lugar na votação do distrito, que passa para o PPD/PSD. Este, apesar de se tornar o maior partido do distrito, perde em relação a Abril 13 936 votos (menos 14,5%). Por sua vez, o CDS perde em relação a Abril 6 676 (menos 7,8%). Quando aos GDUP's, registam uma subida de 1 673 votos em relação a Abril (mais 37,3%).

sendo de notar neste caso que se trata de um concelho onde há uma importante movimentação dos rendeiros. Neste concelho verificam-se grandes descidas do PS (menos 1 114 votos) e do PPD/PSD (menos 927 votos).

Quando ao PS, as suas perdas são gerais. As mais significativas verificam-se nos concelhos industrializados onde o Povo Unido mais subiu. Sublinhe-se a perda de mais de 12 500 votos só em Guimarães. É, portanto, de admitir que a subida do Povo Unido nestes concelhos resulte de uma descida do eleitorado do PS.

É também significativa a descida do PS em Barcelos (menos 265 votos e menos 22,4%), dado que se trata de um centro urbano. O PS só não desce em Amares e Cabeceiras de Basto. Neste último, regista uma grande subida (mais 1 146 e mais 73,2%), a qual não é certamente estranha uma descida igualmente grande do PPD/PSD (menos 960 votos e menos 25,7%) e do CDS (menos 569 votos e menos 21,7%).

Quando ao PPD, verifica-se uma tendência geral para diminuir os votos em todos os concelhos. A única excepção é Fafe, em que aumenta 215 votos (mais 3,5%). Este facto, combinado com uma descida de 2 514 votos do PS, coloca o PPD/PSD em primeiro lugar no concelho. As maiores descidas do PPD/PSD são os centros urbanos e industrializados: 1 362 votos em Braga, 3 057 em Famalicão e 2 217 em Barcelos. Só em Guimarães a votação do PPD/PSD é praticamente a mesma (menos 39 votos).

Quando ao CDS, só não desce em 4 concelhos, num dos quais (Vila do Minho) tem um aumento significativo (mais 863 votos e mais 53,4%). As principais descidas deste partido são pra Fafe (menos 1 908 votos), Braga (menos 1 457 votos), Guimarães (menos 908 votos) e Vila Verde (menos 1 588).

(Do livro Dossier eleições: em que sentido se destaca o eleitorado português?, das edições 'Avante!')

O verão quente no distrito de Braga

Durante meses, quem passava pelo velho Campo da Vinha, em Braga, podia ler à largura das ruínas de um edifício incendiado em 11 de Agosto de 1975 as seguintes palavras de aviso: Esta casa é a imagem das liberdades que os fascistas defendem.

Fora ali que, meses antes do crime, o Partido Comunista tinha instalado legalmente, por contrato de arrendamento, o seu Centro de Trabalho. Era uma casa de interiores deteriorados, há muito desabitada, mas que os militantes comunistas tinham pintado, arranjado, mobilado e adornado com amor. Lá dentro, ao silêncio de outrora substituiu-se em fervilhar de vida e todos os dias dezenas de militantes e simpatizantes do Partido e democratas independentes ou de outras organizações políticas conversavam, discutiam, reuniam, trabalhavam, com alegria e camaradagem, dando o seu esforço à causa dos trabalhadores e do povo, sem outro interesse que não fosse o de lutar para construir um país mais justo e mais fraterno. Mas para os fascistas e reacçãoários, para as forças da direita — e não só... — nesse Verão de 1975 isto era um perigo! E, por isso, no de Braga e em outros Centros de Trabalho do Partido, em breve se ouviria, à sua volta, o barulho das arruaças e os gritos de ódio soitados por pequenos grupos, bem como os tiros, as bombas e as pedradas com que procuravam desalojar deles os comunistas.

O processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril estava em pleno desenvolvimento e a dinâmica resultante da aliança Povo — MFA permitia sucessivas e grandes vitórias populares. Na zona do latifúndio, os trabalhadores agrícolas ocupavam a terra e faziam, com as suas próprias mãos, a Reforma Agrária; os sectores-chave da economia iam sendo nacionalizados; estabelecia-se nas empresas o controlo operário; o movimento sindical unitário reforçava-se; as liberdades exerciam-se plenamente. Portugal era o país mais livre do mundo capitalista. Os inimigos da Revolução — os inimigos internos e externos, o Carlucci e outros — queriam deter a marcha para o socialismo. Não tinham tempo a perder. Era preciso derrubar o IV Governo Provisório, destruir o MFA, enfraquecer — se não liquidar... — as forças políticas que lutavam consequentemente pela democracia e pelo socialismo, que estavam com a Revolução, que animavam o processo revolucionário, que lutavam com os trabalhadores. E, entre estas — e antes de todas — o Partido Comunista Português.

Começaram, então, os assaltos aos Centros de Trabalho do nosso Partido e as perseguições aos seus

militantes. Fascistas, reacçãoários, pepedês, cedêdesse, mesmo alguns inscritos no PS actuaram em conjunto no nosso distrito, como em outros, na preparação e nos próprios assaltos que em Julho, Agosto e Setembro, nomeadamente, se desencadearam sob o olhar complacente das autoridades. Servindo-se de conhecidos marginais, de comerciantes de gado (em quem a acção governamental e da Comissão Reguladora dos Produtos Pecúarios contra os intermediários parasitas tinha provocado o desespero), de arregimentados no ELP e no MDLP; agitando os mais primários preconceitos anticomunistas e abusando dos sentimentos religiosos — a contra-revolução organizou grupos que andaram, de terra em terra, a assaltar Centros de Trabalho do Partido e de outras organizações progressistas, cometeram atentados individuais, destruíram instalações profissionais e comerciais de militantes e espalharam o terror fascista.

No nosso distrito, o primeiro Centro de Trabalho a ser atacado foi o de Fafe. Em 12 de Junho atiraram-lhe uma granada. A 20 tentam assaltar o pequeno Centro de S. Tiago da Cruz, Famalicão, que mais tarde incendiariam. Em 1 de Agosto cercam e tentam assaltar o Centro de Trabalho de Vila Nova de Famalicão. Como os camaradas que o defendiam se recusaram a abandoná-lo quando para isso foram sucessivamente convidados pelas próprias autoridades, no dia 2 foi ocupado por tropas que evacuaram os militantes, mas deram a garantia expressa de que impediriam o assalto dos arruaceiros fascistas e entregariam a novo Centro de Trabalho ao Partido, logo que a situação estivesse normalizada. Assim sucedeu até ao dia 5, altura em que, apesar de todas as garantias, foi assaltado, saqueado e parcialmente destruído. Neste mesmo dia e no anterior são assaltados e destruídos naquela vila escritórios profissionais e um estabelecimento comercial de militantes do Partido e do MDP/CDE, cuja sede fora destruída no dia 1. Em 3 de Agosto, foi assaltado o Centro de Trabalho da Póvoa de Lanhoso. A 10 de Agosto, em seguida a uma manifestação de carácter religioso, convocada para o próprio Campo da Vinha, onde estava situado o Centro de Trabalho de Braga, um bando fascista inicia o ataque que acabaria, em 11, pelo seu incêndio, no meio de uma onda de violência que destruiu também as sedes do MDP/CDE e da União dos Sindicatos e o Mercado do Povo. Repelida a primeira tentativa de assalto pela acção decidida dos militantes, que se encontravam lá dentro, entre os

quais diversas camaradas que honraram a coragem das mulheres comunistas, no dia seguinte os assaltantes conseguiram lançar para o interior do velho edifício trapos a arder, incendiando-o e obrigando assim os militantes que o defendiam desde a véspera a abandoná-lo quando já era pasto de chamas. Em 20 de Agosto, ao mesmo tempo que destruíam a sede do MDP/CDE, tentavam assaltar o Centro de Trabalho de Fafe, há semanas defendido por sucessivos grupos de camaradas que nele se mantinham, barricados.

Ainda em Setembro e Outubro, foram atacados à bomba os Centros de Trabalho de Vieira do Minho (24 de Setembro), de Fafe e de Famalicão (31 de Outubro). Este último fora recuperado pelos militantes do Partido em meados de Outubro e viria a ser ainda de novo atacado à bomba, bem como o de Fafe, por diversas vezes durante os meses de Novembro e Dezembro. O Centro de Trabalho de Guimarães foi metralhado em 27 de Novembro.

Entretanto, nesses meses de Agosto, Setembro e Outubro vários camaradas foram violentamente agredidos e residências e automóveis de militantes foram atacados à bomba em Braga, Famalicão, Barcelos e Fafe.

Os fascistas e reacçãoários não se pouparam a esforços para espalhar o terror nas fileiras do Partido, para atemorizar o povo em geral, para instalar uma situação antidemocrática no distrito de Braga, no chamado «Verão quente» de 1975. Mas não o conseguiram. Os militantes e simpatizantes e as organizações distritais do Partido Comunista, ligados a todo o Partido, às massas trabalhadoras e a outras democratas, reagiram às violências e provocações com coragem e disciplina revolucionária e defenderam as liberdades — exercendo-as, apesar de todas as dificuldades, ali mesmo na região onde os reacçãoários julgavam ter mais poder para se aniquilar.

E agora, no momento em que realiza a Festa da Alegria, o Partido inaugura, em Braga, o seu novo Centro de Trabalho, podendo assim abandonar o velho prédio que ocupou durante estes últimos anos, após o incêndio do primeiro. O Partido Comunista vai instalar-se num edifício seu, adquirido com as doações dos militantes, simpatizantes e amigos, e nesse prédio poderia escrever-se, à largura da sua bela fachada, as seguintes palavras: Esta casa é a imagem das liberdades que os comunistas defendem.

A descida do PPD/PSD confirma e aprofunda a que já tinha sofrido entre Abril de 1975 e Abril de 1976.

Considerando globalmente as votações da direita (PPD/PSD + CDS) pode concluir-se que se verifica uma retracção do eleitorado da direita (de aproximadamente 190 000 em Abril de 1975 passam a aproximadamente 160 000 em Dezembro de 1976).

É ainda de notar que o Povo Unido tem mandatos em 11 dos 13 concelhos, 4 para Câmaras Municipais e 41 para Assembleias Municipais.

Os aumentos de votos mais notáveis do Povo Unido registam-se nos concelhos industrializados de Guimarães, Famalicão e Braga (mais 7 290 votos no total).

O aumento é, porém, geral em todos os concelhos do distrito de Braga, sendo de destacar o caso de Barcelos, em que existe uma subida de 50,4% (mais 681 votos) o que é significativo porque parte já de uma votação relativamente elevada; o caso de Fafe, em que se sobe 812 votos (mais 78,3%); Celorico de Basto, em que se regista um aumento de 721 votos,

Reforço e ampliação do movimento operário

O distrito de Braga possui uma classe operária em grande e combativa e um movimento sindical onde predominam claramente as posições unitárias. Também nas Comissões de Trabalhadores com maior expressão no sector metalúrgico e embora em número ainda reduzido, são igualmente as posições unitárias que prevalecem.

Com 17 sindicatos com sede no distrito, mais 24 secções e delegações sindicais, envolvendo mais de 150 mil sindicalizados, os trabalhadores desta região dispõem de meios poderosos de organização para defenderem os seus direitos e conquistas e constituem um dos principais centros do movimento sindical unitário no nosso País.

A vitória de listas unitárias em inúmeros sindicatos, secções e delegações, a elevada votação em listas unitárias mesmo em sectores onde a direita e as forças divisionistas mantêm ainda considerável influência (caso dos Escritórios de Braga), o facto de os comunistas e outros trabalhadores empenhados na defesa dos seus interesses de classe serem eleitos em número crescente para CTS e delegados sindicais nas empresas, são dados reveladores do crescimento da consciência e unidade dos trabalhadores desta região e da redução progressiva do campo de manobra das forças de direita e divisionistas.

As grandes manifestações do 1.º de Maio em vários pontos do distrito envolvendo muitas dezenas de milhares de trabalhadores, as comemorações do 25 de Abril com larga expressão popular, as manifestações contra o aumento do custo de vida são demonstrativos da combatividade e disposição de luta dos trabalhadores do distrito de Braga, afirmando nas ruas que é o caminho de Abril, na defesa e consolidação da democracia e das conquistas da Revolução que é possível a defesa dos seus interesses de classe, a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Também nesta região os trabalhadores sentem de forma aguda as consequências da política de recuperação capitalista do Governo PS/CDS que estimula e apoia o ataque do grande patronato aos seus direitos e condições de vida e de trabalho. Sucedem-se os casos de repressão e despedimento (como na «Têxtil Manuel Gonçalves», «Riopete», «Alialva», «Lopes

Coirela», «Malhas Dextra»), de encerramento de empresas (caso da «Cameiro» e da «Solenciosa»), da não cumprimento dos COTs e PRTs, de tentativas de retirada de regalías. Aumenta a utilização pelo patronato dos contratos a prazo (como é o caso da multinacional «Grundig», com

atravessam (como a «Carides», a «Progresso de Covas»), sabotam o esforço de recuperação encetado pelos trabalhadores (como na «Empresa Fabril» de Vermoim, em autogestão).

Entrevista com o camarada Henrique de Sousa, membro da DORN

centenas de trabalhadores nessa situação. O patronato têxtil recusa em muitos casos o pagamento do novo salário mínimo nacional com a justificação de que só é aplicável nos casos de laboração na base do horário máximo nacional.

A estes ataques aos seus direitos e conquistas têm os trabalhadores respondido intensificando a sua luta, reforçando a sua unidade e organização, combatendo o desemprego (como na «Alvorada» de Fafe, onde 400 desempregados lutam pela manutenção dos seus postos de trabalho, na «Fábrica do Ferro» em luta pelo cumprimento dos salários da PRT e pagamento retroactivo, na «Sampaio Ferreira», «Fiação» e «Têxteis do Bairro», etc., etc.). Também nas empresas, os esquerdistas revelam o carácter provocatório e aventureiro da sua actividade, convergente com a acção da direita e do patronato, tentando desagregar e dividir a organização dos trabalhadores e enfraquecer a sua capacidade de luta. Mas também aqui os trabalhadores cada vez menos se deixam arrastar pela demagogia esquerdista.

No sector têxtil, que ocupa quase 70 por cento dos trabalhadores das indústrias transformadoras da região (e que contribui mais ou menos no mesmo volume para o valor da produção bruta destas indústrias no distrito), os trabalhadores, além dos baixos salários, enfrentam ameaças sérias de desemprego em muitas empresas.

A ausência de uma política que responda à necessidade de reestruturação e reconversão do sector têxtil garantindo simultaneamente os postos de trabalho, a falta de apoio da Banca, a política do Governo PS/CDS que favorece a ruína das pequenas e médias empresas repercutem-se nas sérias dificuldades que inúmeras

trabalhadores têxteis os únicos até hoje que apresentaram propostas sérias e fundamentadas, assentes num profundo debate colectivo, para responder aos problemas destas indústrias, sem que até hoje o Governo tenha correspondido a este esforço. As conclusões da Conferência Unitária dos Trabalhadores Têxteis, promovida pela iniciativa das células têxteis do nosso Partido, bem como dos Congressos Sindicais do Sector Têxtil são propostas construtivas para a resolução das dificuldades do sector.



Advertisement for 'Avante!' magazine. It features the magazine's logo and title, followed by several headlines: 'Na Grundig GREVE TOTAL VITORIOSA 2.700 operários ocupam a fábrica', 'Criada a União dos Estudantes Comunistas NO TRABALHO, CAMARADAS!', and 'Contra o fascismo caetanista REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO E A ACTIVIDADE CLANDESTINA INTENSIFICAR A ACÇÃO LEGAL'. The text is in Portuguese and discusses labor movements and political actions.

Apesar dos obstáculos a vida cultural

A esmagadora maioria das iniciativas, tanto no plano cultural como recreativo, pertencem aos últimos tempos — a maioria unitária do Partido e a associações progressistas, sem qualquer apoio do Estado. O camarada José Manuel Mendes, membro da Comissão distrital de Braga do PCP declarou ao «Avante!» o camarada José Manuel Mendes, membro da Comissão distrital de Braga do PCP

estabelecimentos de ensino, procurando acompanhar as exigências do desenvolvimento global de uma sociedade democrática que cria um maior fluxo de acessos, mas tal aumento de unidades escolares, se bem que importante, não pode isolar-se da presença em resolver outras carências básicas: a erradicação do analfabetismo, uma substancial melhoria da alimentação e do panorama da saúde, a nova estrutura económica que a Constituição consagra.

Entrevista com o camarada José Manuel Mendes, membro da Comissão Distrital de Braga

Realçando a importância destes outros parâmetros, o membro da Comissão distrital de Braga do PCP declarou: Enquanto as crianças continuarem subalimentadas, com acentuadas carências proteicas, calóricas, vitamínicas, entre outras (vivemos numa zona do País em que o recurso excessivo aos hidratos de carbono é a única via para matar a fome de muita gente!), chegando à escola depois de anos de quase degredo, de precariedades de atrofias (a taxa de mortalidade infantil é das mais elevadas do quadro nacional), ainda que se não se resolva a situação de fome, não se pode falar em educação. É certo que muito há a fazer, a diferentes níveis, no sentido de melhorar a vida do povo, sobretudo nos meios rurais, fortemente fustigados pelo obscurantismo (que foi uma das armas diletas da ditadura fascista) e continuando hoje sob a tutela de um poder local reacçãoário. Não raro as iniciativas dos grupos progressistas deparam com obstáculos bem duros: incompreensão, ocaquismo, a propaganda anticultural da gente do passado.

Outro tanto, no que respeita directamente às escolas, constata-se um surto de construção de novos edifícios, mas a situação é precária. Há muito tempo que se não se construiu nada de novo. O que há de vivo e transfigurador na acção cultural que está a desenvolver-se no distrito fica devendo-se às organizações populares, às pequenas colectividades de cultura e recreio, em regra dinamizadas por jovens trabalhadores ou estudantes, mas abarcando também outros sectores etários, que vão da infância à terceira idade. Frizando que nada disso acontece há quatro anos, José Manuel Mendes acrescentou: É certo que muito há a fazer, a diferentes níveis, no sentido de melhorar a vida do povo, sobretudo nos meios rurais, fortemente fustigados pelo obscurantismo (que foi uma das armas diletas da ditadura fascista) e continuando hoje sob a tutela de um poder local reacçãoário. Não raro as iniciativas dos grupos progressistas deparam com obstáculos bem duros: incompreensão, ocaquismo, a propaganda anticultural da gente do passado. Outro tanto, no que respeita directamente às escolas, constata-se um surto de construção de novos

baixou de penetra verdade trabalho tem cont considerável o o b s e democr distrito. Apontam actividade Comissões Trabalhadores seja na pro de parqu abertura de centros de formação José Manuel Mendes, membro da Comissão Distrital de Braga do PCP disse, tem desta frente crescente verificação: «Ainda muito há a fazer» O que há de vivo e transfigurador na acção cultural que está a desenvolver-se no distrito fica devendo-se às organizações populares, às pequenas colectividades de cultura e recreio, em regra dinamizadas por jovens trabalhadores ou estudantes, mas abarcando também outros sectores etários, que vão da infância à terceira idade. Frizando que nada disso acontece há quatro anos, José Manuel Mendes acrescentou: É certo que muito há a fazer, a diferentes níveis, no sentido de melhorar a vida do povo, sobretudo nos meios rurais, fortemente fustigados pelo obscurantismo (que foi uma das armas diletas da ditadura fascista) e continuando hoje sob a tutela de um poder local reacçãoário. Não raro as iniciativas dos grupos progressistas deparam com obstáculos bem duros: incompreensão, ocaquismo, a propaganda anticultural da gente do passado. Outro tanto, no que respeita directamente às escolas, constata-se um surto de construção de novos

Chegará a hora da derrota da reacção do progresso da agricultura e de uma vida melhor nos campos



Estou convencido que a luta dos rendeiros e dos pequenos e médios proprietários e das suas organizações de classe, aliada à luta dos trabalhadores do distrito de Braga levará, mais tarde ou mais cedo, à solidificação de uma força enorme, unida e coesa, que derrotará a reacção, promoverá o progresso da agricultura e a melhoria das condições de vida daqueles que, tão duramente trabalham as terras.

Palavras proferidas ao "Avante!" pelo camarada Agostinho Lopes, membro da Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português, no decurso de uma entrevista em que analisou a estrutura agrária, os problemas e dificuldades com que se debatem os pequenos e médios agricultores (PMA), os prejuízos causados pelos absentistas e a urgência de ser modificada a Lei do Arrendamento

parcelas e, simultaneamente, aquela onde o arrendamento ocupa maior área.

Citando dados estatísticos de 1954, o nosso interlocutor referiu que 64% das explorações do concelho de Guimarães, 54% das de Braga e 35% das de Famalicão estavam arrendadas, além de outras explorações onde os agricultores juntam as suas terras que lhes não pertencem. Trata-se de uma área onde as terras são mais produtivas e a idade dos agricultores é mais baixa. Predomina também na região a mecanização agrícola, com uma expansão significativa do uso de tractores.

Muita emigração nas terras de encosta

Proseguindo, Agostinho Lopes declarou que, em contraposição à primeira, surge uma outra zona

como valores elevados de parceria, rondando os 19% nos dois concelhos.

Ainda no concertante à estrutura agrícola, o membro da Direcção da Organização Regional do Norte do PCP assinalou a predominância da exploração agrícola familiar, com recurso sazonal a mão-de-obra assalariada e de entreajuda. Outra coisa, disse, não seria de esperar numa região onde as esperanças e médias explorações ocupam 86% da área agrícola do distrito. Por último, não obstante haver um elevado número de agricultores com mais de 55 anos de idade (43% em 1968), dos quais apenas 1% tinham um curso, verifica-se uma certa intensificação no uso da maquinaria agrícola.

Segundo revelou, a mecanização no distrito, durante a década de 60, cresceu em valores superiores aos registados no conjunto da agricultura do País. As debulhadoras, por exemplo, cresceram 39%; o número de tractores foi multiplicado por dez durante a década, enquanto a média nacional para aquelas máquinas agrícolas foi, respectivamente de 18% e multiplicada por três.

Para autoconsumo a produção de cerca de 1/3 das explorações

Números dados relativos à produção agrícola do distrito foram seguidamente citados por Agostinho Lopes. Sendo um dos distritos de menor área, Braga produziu 15% da produção nacional de milho; 13,5% da de feijão; 6,9% de vinho; 6,3% de

centeiro; 5,3% de batata e 6,6% de linho em 1971. É provável, acrescentou, que nos dois últimos anos se tenham verificado evoluções relativamente à produção distrital daqueles produtos.

Concretizando a sua asserção, o membro da DORN do PCP afirmou ser quase certa a progressão da cultura da batata, que «invadiu» terras habitualmente de milho, com a consequente diminuição da produção deste cereal. Quanto aos outros valores devem manter-se, excepto o feijão, cuja produção deve ter aumentado.

Em 1968, havia no distrito 7,1% do total das vacas leiteiras, valor que aumentou nos últimos anos. Barcelos é, hoje, o concelho do País com maior número daqueles animais e maior produção de leite. Além disso, o distrito possuía 10,3% do efectivo pecuário dos bovinos de carne, 6,2% dos suínos e 4,4% dos caprinos. Noutro sector, a produção de pinheiro bravo ocupa uma área de 77 600 hectares e o eucalipto ocupa 2550 hectares, correspondente, respectivamente, a 6% e 1,3% das produções nacionais.

Agostinho Lopes revelou que grande parte da produção agrícola e pecuária é consumida pela própria família do agricultor. Embora a situação tenha evoluído, as estatísticas relativas a 1968 dizem que cerca de 1/3 da superfície total das explorações agrícolas produziam predominantemente para autoconsumo. Esta situação tem um peso elevado, sobretudo nos concelhos de

encosta como Celorico, Cabeceiras, Vieira e outros.

Vender barato comprar caro

Os problemas dos PMA do distrito não são muito diferentes dos dos seus companheiros de outras regiões do minifúndio. O que produzem sai muito caro, o que vendem tem preços baixos e o que adquirem tem preços altos, quando chegam à lavoura os produtos de que ela necessita (sementes, adubos, etc.), o que nem sempre acontece, afirmou o membro da DORN.

Exemplificando, apontou dois casos: batata e gado. Quanto ao tubérculo, denunciou a situação vivida por milhares e milhares de produtores que o venderam a preços de miséria, ficaram com excedentes, enquanto a Junta Nacional das Frutas fez o escoamento tarde e a mais horas e ainda não pagou, como sucede em muitas terras. Relativamente ao gado, quem melhor do que os agricultores de Celorico de Basto conhece a situação, caracterizada por dificuldades nas vendas e por toda uma série de manobras criadas por uma verdadeira cáfila de grandes marchantes?

Debruçando-se sobre a questão do arrendamento, Agostinho Lopes começou por realçar a importância de serem criadas efectivas condições de estabilidade e de segurança aos rendeiros, como eram garantidas no Decreto-Lei n.º 201/75. Ora, disse, com a presente Lei do PPD, aprovada pelo PSE e CDS, a insegurança cresce e a lavoura da região não pode progredir. Não é só a descapitalização que se verifica, devido às elevadas

rendas que passam para as mãos dos absentistas. É também a própria vontade de trabalhar, e de trabalhar com gosto, que esmorece, é receio e o medo de que, ao abrigo da lei dos senhorios ricos, estes ponham os rendeiros fora de portas e ele perca trabalho e habitação.

Dezenas de processos em curso no tribunal

Continuando a analisar esta importante questão, o dirigente comunista divulgou estarem em curso dezenas de processos, nos tribunais do distrito, o que dá bem uma ideia da gravidade da situação para muitas centenas de agricultores e suas famílias, confirmando assim os malefícios desta lei do arrendamento para a agricultura do distrito. Refira-se ainda o facto de serem precisamente as terras mais férteis e as explorações em melhores condições, quanto à dimensão, aquelas onde a situação de instabilidade criada pela actual lei do PPD mais se pode verificar.

Após ter apontado os concelhos de Braga, Famalicão e de Guimarães como aqueles onde o arrendamento predomina, Agostinho Lopes insistiu na necessidade de o actual regime de arrendamento ser revisto, para bem do progresso da agricultura. Foi, aliás, nesse sentido que o PCP propôs alterações à redacção dos artigos 17.º, 18.º e 19.º da Lei, que não foram aceites pelo PPD, CDS e PS.

Além quanto ao arrendamento, o membro da DORN considerou a parceria, com elevadas percentagens no distrito, como uma situação extremamente gravosa para os rendeiros, devido ao valor altíssimo das rendas que a parceria implica — até porque, apesar da Lei do PPD só admitir as «meias» dos três principais produtos — é ainda muito frequente na região o regime de «terças» — uma parte para o rendeiro e duas para o absentista —, sobretudo para o produto mais valioso da região, o vinho verde.

Além disso, acrescentou, o parceiro fica numa forte dependência relativamente ao senhorio, totalmente subordinado à sua vontade para proceder a quaisquer benéficas ou mudanças culturais e a fazer nas explorações. É evidente que esta situação é inadmissível quando se fala tanto de recuperação económica e de desenvolvimento agrário.

Falta apoio técnico e cultural

A propósito da falta de apoio técnico e cultural, que é igualmente



um dos maiores problemas da lavoura do distrito, o nosso interlocutor revelou que praticamente metade dos concelhos não tem veterinário. As consequências desta situação, ao nível da produção pecuária são gravíssimas, e «entram» fortemente na bolsa dos agricultores de tais concelhos. Têm de pagar quantias avultadas sempre que recorrem à assistência veterinária. Até há pouco tempo, só os concelhos de Braga, Barcelos, Famalicão, Fafe, Vila Verde e Guimarães tinham veterinário municipal.

Quando ao milho híbrido, também não tem havido um trabalho de apoio técnico para a sua cultura, como já se planeou várias vezes, o que acarreta prejuízos, uma vez que aquela cultura é muito mais rentável que a generalidade dos milhos regionais. Apontando outra falha extremamente grave, Agostinho Lopes lamentou não existir praticamente qualquer apoio técnico e cultural para a reconversão da vinha da região.

Basta dizer que seria possível produzir aqui, na região de Braga dos melhores vinhos brancos do mundo. E acrescentou, se alguns já se produzem, isso não é suficiente para valorizar a região, nem para incrementar as exportações, nem para aumentar o rendimento dos viticultores. Muito há a fazer neste capítulo.

Ainda acerca da ausência de apoio técnico eficaz (que — a nosso ver — cabe ao Estado) não queremos deixar de referir a fraca divulgação da legislação agrária, das novas técnicas de cultivo e outras, dos direitos de lavoura e dos agricultores, etc. É um facto, frisou, que o nível de informação dos camponeses do distrito é extremamente baixo, o que não deixa também de ser uma forte condicionante do progresso económico, técnico

e social. Refira-se, finalmente, a ausência de ensino agrícola aberto à realidade da região e aos filhos dos agricultores.

Caciques e absentistas dominam cooperativas

Sem dúvida alguma as cooperativas (adegas, fruteiras de compra e venda, etc.) poderiam desempenhar um importante papel na dinamização e na obtenção de melhores rendimentos da agricultura da região. Porém, como denunciou Agostinho Lopes, essas estruturas estão, no fundamental, dominadas por grandes proprietários absentistas, quando não por negociantes. São os caciques do PPD e do CDS, os senhores da CAP, Sá Menezes e outros, vivendo ou não à custa das rendas que os caseiros lhes entregam cada S. Miguel.

Assim, salientou, é evidente que essas cooperativas não podem desempenhar o papel positivo que os agricultores, os verdadeiros, esperam que venham a assumir. Entretanto, verifica-se o aparecimento, em alguns concelhos, de organizações de classe dos PMA que têm sabido desempenhar uma função muito importante, quer no desmascaramento das situações acima referidas, quer na apresentação ao Governo e entidades locais dos problemas dos agricultores, quer no esclarecimento e mobilização dos camponeses do distrito.

Também o movimento dos rendeiros, em todo, um importante papel na defesa dos interesses daquela camada contra a violência dos senhorios ricos e as arbitrariedades da reacção do distrito. Saliente-se que essa luta tem levado a importantes vitórias de rendeiros julgados em tribunais, mesmo com a lei que temos, concluiu o camarada Agostinho Lopes.

Entrevista com o camarada Agostinho Lopes, membro da DORN

Rural e definida uma política de apoio à agricultura do distrito de Braga.

40% das terras estão arrendadas

No início, o camarada Agostinho Lopes começou por caracterizar a estrutura agrária do distrito de Braga afirmando:

Estamos no miolo do Entre-Douro e Minho. Pequena propriedade, dividida em muitas parcelas, onde o arrendamento atinge 40% da área das terras agrícolas. Terras de vinho verde e de milho.

Segundo um estudo realizado em 1974 para o Banco do Fomento Nacional, intitulado «Estrutura e Crescimento Económico do distrito de Braga», e que, salvo o pendor tecnocrático de algumas das soluções apontadas para o desenvolvimento económico do distrito, é um precioso apêndice da realidade económica e social da região, podemos considerar três zonas geográficas com uma certa homogeneidade agrícola.

Uma primeira, englobando os concelhos de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, onde predominam os vales e as explorações agrícolas médias e grandes (de três a 20 hectares e de mais de 20 hectares), que ocupam nos três concelhos mais de 80% da área agrícola. É a zona onde as explorações agrícolas estão menos fragmentadas em

constituída pelos concelhos de Celorico e Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho e Terras do Bouro e a que deveriamos juntar o norte do concelho de Vila Verde, caracterizada pela muito pequena propriedade agrícola: 90% das explorações têm menos de três hectares e ocupam mais de 80% da área agrícola dos concelhos.

São terras de encosta, muito inclinadas, onde a emigração fez forte raziá, predominando os agricultores de idade avançada, que trabalham as terras de modo rudimentar e artesanal, baixa produtividade, apesar de se dedicarem a uma actividade pecuária relativamente intensa. O arrendamento tem pouca expressão em Vieira e Terras do Bouro, sendo as explorações muito divididas em parcelas, ao contrário do que sucede na região de Basto. Aqui, as explorações agrícolas são menos fragmentadas e há maior número de terras arrendadas. Socorrendo-nos de dados de 1954, havia 54% em Celorico (12% em regime de parceria) e 43% em Cabeceiras, dos quais 35% em parceria.

Os concelhos de Póvoa de Lanhoso, Fafe, Barcelos, Espinho e o sul de Vila Verde constituem a terceira zona, que apresenta características médias entre as outras duas. É de salientar, no entanto, a elevada percentagem de terras arrendadas nos concelhos de Póvoa de Lanhoso e Fafe, respectivamente 43% e 42% do número das explorações agrícolas, assim

Os camponeses intensificam-se

baixou de rentabilidade e de penetração não é menos verdade que prossegue um trabalho importantíssimo, que tem contribuído, de maneira considerável, para a luta contra o obscurantismo e democratização do nosso distrito.

Apontando a importância da actividade desenvolvida pelas Comissões de Moradores e de Trabalhadores no plano cultural, seja na promoção da construção de parques infantis; seja na abertura de postos de leitura, de centros de educação sanitária e na realização de jornadas de convívio, José Manuel Mendes considerou relevante também o papel desempenhado pelo Partido, a UJC, a UEC e por organizações unitárias (MDM e APU, por exemplo) neste sector.

Todas essas organizações, disse, têm estado na vanguarda desta frente de combate. E até, acrescentou, nem será difícil verificá-lo: quem, neste distrito estigmatizado pelo fascismo e pela reacção, meteu ombros a uma iniciativa como esta que estamos levando a cabo, a «FESTA DA ALEGRIA, que aqui terá escritores, cantores, artistas, livros, parlamentares, numa jornada cultural como nenhuma se fez até aqui?»

É possível continuar a melhorar o trabalho

Aludindo ainda às dificuldades das associações recreativas e culturais, José Manuel Mendes apontou como as maiores a falta de dinheiro, a incompreensão quando não sabotagem, das entidades oficiais. Os grupos, recordou, procuram uma certa autonomia financeira, o que é positivo mas inconsistente. Os apoios são reduzidos, quer no que toca à ajuda económica, quer no que concerne aos meios técnicos. E, claro está, com organismos oficiais dependentes do Ministério Cardia, há que contar sempre com grupinhos privilegiados: os que, pela invulgaridade ou pela devoção revolucionária, melhor servem o projecto de recuperação capitalista.

Mas, sublinhou o nosso interlocutor, não só estas

O movimento popular reforça posições

A acção das Comissões de Moradores, a luta das mulheres contra o aumento do custo de vida, a situação das autarquias do distrito de Braga foram tema para uma entrevista com o camarada António Lopes, membro da DORN e do Comité Central do PCP. Defrontando a oposição e os obstáculos dos caciques, os comunistas e outros homens progressistas têm desenvolvido uma importante actividade visando unir as populações, organizá-las e dinamizar a sua actividade para melhoria das condições de vida.

Apesar de se terem começado a desenvolver mais tarde do que noutras regiões, as organizações unitárias de base têm concretizado numerosos projectos e revelado um grande dinamismo. Através do exemplo criador das Comissões de Moradores com mais tempo de acção, continua a aumentar o número daqueles organismos e dos seus activistas dispostos a enterrar o passado e superar as carências ainda existentes.

Trabalho das CM's vai continuar

Como salientou o camarada António Lopes, as CM's têm tido um papel fundamental na resolução dos problemas a nível local, em muitos casos em estreita ligação com as autarquias locais. São muitos os exemplos que poderia apontar mas, aproveito o ensejo para citar três: construção de fontanários em Nogueira (Braga); construção de um tanque no lugar de Dadim (Nogueira).

Mas não é só nesta frente que as Comissões de Moradores trabalham. Também promovem inúmeras iniciativas no plano cultural e recreativo. As comemorações do 25 de Abril, que tiveram uma grande expressão no distrito, foram organizadas e dinamizadas pelas CM's. Não é por acaso, frisou, que elas estão representadas, e bem, no Conselho Municipal de Braga.

Procurando reforçar os laços de cooperação, as CM's têm trabalhado no sentido de formar organismos de coordenação. Enquanto em Fafe existe uma Comissão Coordenadora, em Braga foi eleito, no 1.º Encontro das CM's de Braga, um Secretário Coordenador do qual fazem parte representantes das CM's das Sete Fontes, do Areal, de Santa Tecla, de Nogueira, das Enguardas, de Nogueira e de Dume. Durante os trabalhos, foi lida uma extensa lista de melhoramentos realizados, entre os quais se destacavam a electrificação de lugares, construção de fontanários, de lavadouros, instalação de condutas de saneamento,

conservação e arranjos de caminhos, criação de infantários e jardins para crianças, etc.

O trabalho realizado tem sido muito positivo, continua a alargar-se e vai continuar, disse o nosso interlocutor. Após ter salientado o esforço dos nossos camaradas para a organização das populações e a importância de homens das mais variadas tendências políticas se unirem nas

revestido de um carácter muito unitário e de grande espírito de iniciativa. Centrando, no fundamental, os seus esforços na luta contra o aumento do custo de vida, promoveram duas importantes manifestações, em Braga e em Guimarães, com a participação de cerca de cinco mil pessoas em cada uma. Além disso, há a realizar outras iniciativas visando as crianças

Entrevista com o camarada António Lopes, membro do CC da DORN

organizações de base, encontrando-se no desejo de melhorar a sua terra, António Lopes acrescentou:

A experiência acumulada ao longo deste período tem levado muitos homens a verificar as contradições e a determinar exactamente quem são os seus amigos e os seus inimigos quando lutam por melhoramentos e sentem pela frente a resistência e os obstáculos dos caciques.

Desde o último ano, o movimento popular de massas no distrito passou a ter mais um destaque, que, actualmente, conta no seu activo com importantes e muito participadas iniciativas. A organização e luta das mulheres — e delas que se tratam —, foi uma forma organizada e activa, no ano transacto, na sequência de um encontro distrital, com mais de mil participantes para discutir a carestia de vida e outros problemas. A formação de uma Comissão Unitária distrital foi decisiva para o alargamento das CM's a todos os concelhos. Por seu turno, o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) tem núcleos organizados no concelho de Braga e em vias de formação nos de Famalicão, Barcelos e Fafe.

A propósito, o camarada António Lopes sublinhou que a luta das mulheres no distrito tem-se

afirmou o camarada António Lopes:

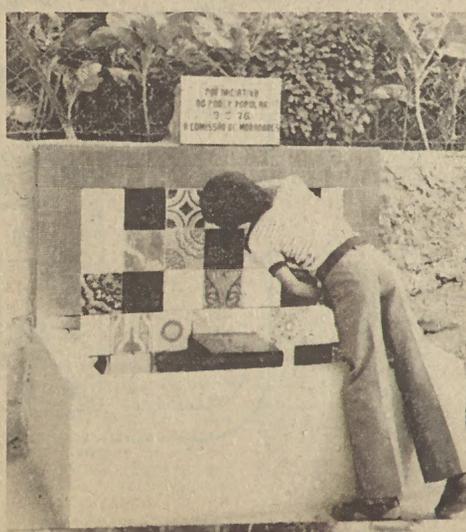
Naquelas Câmaras onde existe gente que, não sendo comunista mas que tem vontade de defender os interesses dos trabalhadores e resolver os problemas das populações, têm-se verificado obras e realizações positivas. As câmaras de Braga e Guimarães têm realizado um trabalho muito positivo, que temos apoiado, através dos nossos camaradas eleitos para as juntas de freguesia.

Infelizmente, esta situação não se estende a todas as autarquias do distrito. Há ainda muitas câmaras que funcionam como antigamente, fechando os ouvidos às propostas das populações e sujeitando-se à vontade dos caciques. Há, na verdade, que criticar os elementos da direita que, contrariando o espírito democrático dos órgãos do poder local, tentam desacreditá-los, boicotando a sua actividade. Há Assembléias de Freguesia que, se reuniram uma vez, foi uma sorte; outras não ouvem as

populações e chegam ao ponto de expulsar quem pretende assistir às reuniões. Enfim, quem ali manda são os caciques que impõem a sua «lei» do 24 de Abril.

A finalizar, o camarada António Lopes reiterou a posição de princípio dos comunistas quanto ao trabalho nas autarquias — apoiar todas as propostas correctas, venham elas de onde vierem — e analisou a actividade dos eleitos da APU nas autarquias do distrito.

Nas Assembléias Municipais e de Freguesia, nas câmaras, os eleitos da APU têm tido um papel importante. Já se contam por muitas as vezes em que as suas propostas têm sido aprovadas maioritariamente e, muitas vezes, por unanimidade. Por exemplo, a proposta do Povo Unido acerca do Conselho Municipal de Braga foi apoiada pela comissão designada pela Assembleia Municipal com pequenas alterações. Embora neste capítulo haja muito a fazer, a verdade é que as propostas dos eleitos da APU têm contribuído para melhorar o trabalho das autarquias.



Sexta-Feira/dia 7

Canto Livre-Folclore

PALCO 1	PALCO 2
21,30 h Adriano C. Oliveira Esmeralda Amoedo Objectivo Carlos Paredes Resistência Paco Bandeira	21,30 h Unidade de Barcelos Estamos Vivos Bailundos C. R. B. C. 5 Notas Soltas Objectivo
00,30 h Encerramento	00,30 h Encerramento

Cinema

21,30 h Ciclo de Cinema Camponês: Assim Começa uma Cooperativa O Rendeiro Madanela A Lei da Terra	(20 min.) (60 min.) (20 min.) (75 min.)
01,00 h Encerramento	

Colóquios

SALA DE COLÓQUIOS

21,30 h Problemas de Habitação

Teatros

PAVILHÃO CENTRAL

21,30 h «A LEI É A LEI», de Luis Francisco Rebelo, pelo grupo «Juventude em Palco de Guimarães» (60 min.)

Exposições

Aspectos do campo arqueológico de Braga • Braga Antiga • Artes Plásticas — exposição de alguns dos mais significativos pintores do Norte • Realidades dos países socialistas • O Portugal Novo/o Portugal que queremos • 10 pontos-programa por uma política democrática e patriótica • Actividade do grupo parlamentar do PCP • O PCP • Aspectos da Agricultura Portuguesa • Fascismo nunca mais! • As Festas do Avante!
E muitas outras das diferentes organizações do Partido

Retiro do Fado

STAND DO VINHO VERDE DIAS 8 E 9

TARDE E NOITE

Fadistas amadores: Luís Oliveira
Maria Figueiredo
Joaquim Valente
José Amoedo
Ana Pinto

Diaporama

DIAS 7, 8 E 9

21,30 h O Portugal Novo (60 min.)

Sábado/dia 8

Canto Livre-Folclore

PALCO 1	PALCO 2
16,00 h Barata Moura Jorge Vaz de Carvalho José Jorge Letria Ary dos Santos Carlos Moniz Maria do Amparo Luís Oliveira Maria Figueiredo Brigada Victor Jara	16,00 h Luís Viegas Carlos Mendes Joaquim Pessoa José Amoedo Joaquim Valente Júlia Babo Samuel 1.º de Maio Carlos Paulo Coral de Letras da U. P.
20,00 h Intervalo	20,00 h Intervalo
21,30 h Carlos Mendes Joaquim Pessoa Júlia Babo Samuel Barata Moura José Jorge Letria Ary dos Santos Carlos Moniz e Maria do Amparo Carlos Paulo Brigada Victor Jara Coral de Letras da U. P.	21,30 h Grupo Coral St.ª Eulália 1.º de Maio José Jorge Letria Carlos Paulo Ary dos Santos Jorge Vaz de Carvalho Júlia Babo Ana Pinto Luís Oliveira Joaquim Valente Samuel
01,00 h Encerramento	01,00 h Encerramento

Cinema

15,00 h Aperto de Mão no Cosmos 1.º de Maio — Dia dos Trabalhadores 1.º de Maio em Braga A Nossa Divisa é a Amizade Os Comunistas de Portugal As Grades que nos Prenderam	(15 min.) (14 min.) (30 min.) (10 min.) (50 min.) (40 min.)
18,30 h O Sol do Deserto (35mm)	(90 min.)
20,00 h Intervalo	
21,30 h Terra de Pão, Terra de Luta 23,00 h O Sol do Deserto (35mm)	(90 min.) (90 min.)
01,00 h Encerramento	

Colóquios

PAVILHÃO CENTRAL

17,30 h A Actividade do Grupo Parlamentar do PCP, com: Carlos Brito
Lino Lima
22,30 h A Televisão e a sociedade portuguesa actual, com: Mário Castrim

SALA DE COLÓQUIOS

17,30 h Problemas do Ensino
21,30 h Salvamento da Bracara Augusta com: Henrique Nunes

Teatro

16,00 h «QUANTO CUSTA O FERRO», de Brecht, pelo Grupo «Tubra» da Associação da Universidade do Minho — Braga (40 min.)
21,30 h «ANTES E DEPOIS», pelo Grupo da Associação Cultural de Santa Eulália — Famalicão (45 min.)

Domingo/dia 9

Canto Livre-Folclore

PALCO 1	PALCO 2
10,00 h Manhã infantil com: Rancho Infantil de Fermentões Carlos Moniz e Maria do Amparo Barata Moura	
12,00 h Intervalo	
15,00 h Jogadores de Pau de Basto Rancho de Fermentões Rancho de Briteiros Rancho do Souto Rancho da Meadela	15,30 h Rancho da Meadela Rancho de Avelada Rancho de Vila Chã Jogadores de Pau de Basto
17,00 h Comício com Álvaro Cunhal	17,00 h Intervalo
21,30 h Fernando Farinha Resistência Io Apoloni e A. Machado Luís Viegas Samuel José Manuel Osório Sérgio Godinho Trovante	21,30 h Luís Viegas Trovante Júlia Babo José Manuel Osório Sérgio Godinho Resistência Io Apoloni e A. Machado Fernando Farinha
00,30 h Encerramento	00,30 h Encerramento

Cinema

15,00 h Tudo Reside na Nossa Força Uma Experiência de Luta Um País a Transformar-se Rendeiros e Camponeses Antártida	(40 min.) (20 min.) (20 min.) (20 min.) (20 min.)
17,00 h Intervalo	
21,30 h Tarrafal O Sol do Deserto (35mm)	(15 min.) (90 min.)
00,30 h Encerramento	

Colóquios

PAVILHÃO CENTRAL

16,00 h Bento de Jesus Caraça
Um exemplo de intelectual e antifascista, com: Oscar Lopes
Victor Sá
Lino Lima
Santos Simões
22,30 h Problemas da Agricultura

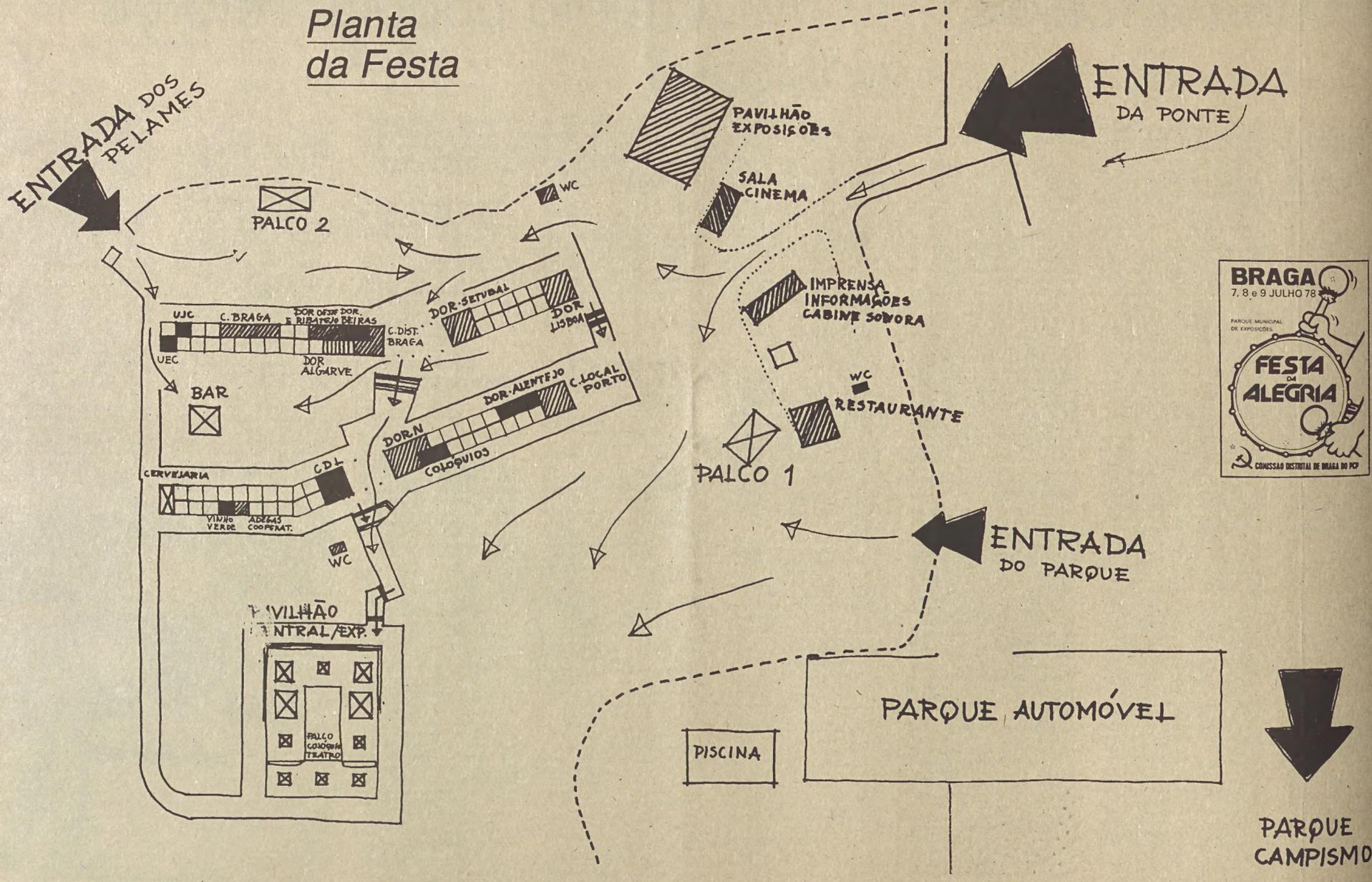
SALA DE COLÓQUIOS

16,00 h Serviço Nacional de Saúde
21,30 h A Economia Portuguesa actual; As incidências dos acordos com o FMI; A saída para a crise com: Armando de Castro

Teatro

21,30 h «TARRAFAL NÃO RIMA COM PORTUGAL», PELO Grupo «Capoeira de Barcelos» (30 min.)
22,00 h «O AUTO DO CURANDEIRO», de António Aleixo, pelo Grupo de Teatro da Associação Cultural de Vermoim (30 min.)

Planta da Festa



Comício no Vale do Sorraia Terra da Reforma Agrária

O passado fim-de-semana foi de festa no Vale do Sorraia, por iniciativa da Comissão Concelhia de Coruche do PCP, Mercado Popular, venda de artesanato, barracas de comes-e-bebes, actividades desportivas, actuação de ranchos folclóricos e Canto Livre foram algumas das realizações que viriam a culminar no comício que teve lugar no domingo e no qual o camarada Álvaro Cunhal tomou a palavra.

Das actividades desportivas constou um torneio de chiniquinho e um concurso de pesca. Actuaram ainda diversos ranchos folclóricos, a Banda Infantil do Cartaxo, a Brigada Vítor Jara e o Grupo Jornada, entre outros. Houve ainda a noite de fados com artistas convidados.

Durante o comício, antes da intervenção do Secretário-Geral do Partido, falaram os camaradas Maria da Glória,

Maria Augusta e Eugénio Pisco.

A primeira, membro da Comissão Concelhia de Coruche abordou essencialmente a situação da mulher no momento actual da vida política portuguesa, afirmando a dado passo:

Todas sentimos no dia-a-dia o aumento do custo de vida. São horas muito difíceis que nos obrigam a pensar que isto não pode continuar. Nós, as mulheres, não podemos ficar de braços cruzados. Temos que desenvolver acções que façam recuar o actual Governo.

Falando seguidamente, a camarada Maria Augusta, da UJC, referiu-se ao papel importante que a juventude tem no actual processo democrático.

Eugénio Pisco, membro da DOROR, abordou alguns aspectos da realidade do

concelho de Coruche, nomeadamente no seu papel na zona da Reforma Agrária. E lembrou:

Antigamente o Vale do Sorraia era o Vale do Sorraia dos grandes agrários, hoje é o Vale do Sorraia da Reforma Agrária, onde existem 45 UCP's e Cooperativas ocupando a área de 54 mil hectares.

O camarada recordou ainda o combate travado para sustentar o desemprego, o esforço dos trabalhadores para desenvolver a produtividade com o aumento das áreas semeadas, dos efectivos pecuários, da maquinaria, com a construção de barragens e a melhoria das condições de habitação dos trabalhadores. Tais foram alguns dos êxitos da Reforma Agrária em Coruche.

Falou por fim o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção referimos junto.



As negociações, os compromissos e o inaceitável

Consideramos positivo o diálogo e a negociação e a experiência mostra que, desde que o MAP queira examinar verdadeiramente as questões com os trabalhadores, as soluções são possíveis.

Mas consideramos inaceitável que depois de terem sido concedidas reservas de 50 000 e que deveriam ter de uma vez para sempre armadado a questão das reservas, sejam atribuídas mais reservas de 20 000 pontos e mais, num nunca acabar de abusos e arbitrariedades.

Consideramos inaceitável que se não considere a viabilidade das UCPs e Cooperativas e se liquide com as reservas a sua existência.

Consideramos inaceitável que se arranquem as melhores terras para as entregar aos agrários, deixando às UCPs e Cooperativas as terras mais fracas que não dão para viver quem nelas trabalha.

Consideramos inaceitável que se arranquem as terras às UCPs e Cooperativas, sob o pretexto de aplicar uma lei injusta, e entretanto se deixe por aplicar essa lei no que se refere à entrega aos trabalhadores das terras expropriadas que continuam nas mãos dos agrários.

Consideramos inaceitável, inconstitucional e ilegal que, a pretexto de "rectificação de excessos" ou "abusos", como muitas vezes se disse, se pretenda de facto, com reservas atrás de reservas, restaurar os latifúndios e os latifundiários e liquidar a Reforma Agrária.

Uma coisa devem compreender o Governo e todos os inimigos da Reforma Agrária.

Um plano que se diz existir de entrega de 350 000 hectares de terras das UCPs e Cooperativas, lançando para o desemprego 22 000 trabalhadores, é um plano de tal modo monstruoso, ele contraria de tal forma a realidade, ele fere tão profundamente os interesses do povo e da economia portuguesa, ele contraria tão profundamente a Constituição, que não poderá ser aplicado no regime democrático em que vivemos.

Os trabalhadores estão dispostos a negociar, mas não estão dispostos que, contra o disposto na Constituição, sejam restaurados os latifúndios. Não estão dispostos a aceitar que as terras expropriadas, sejam entregues aos agrários de tal forma que as UCPs e Cooperativas não tenham possibilidades de sobreviver, e volte a zona da Reforma Agrária a ser a região de terras abandonadas, do desemprego, da miséria e da fome.

Discute-se o compromisso. Discute-se a cedência. Mas não de discute, nem se aceita a própria morte.

Se o Governo quer negociar, não se trata apenas de negociar a entrega de terras. Salazar é que estendia a mão rápido para receber mas encolhia-a logo se se tratava de dar. **Se o Governo quer negociar, se quer que as UCPs e Cooperativas, dando provas extremas de boa vontade, aceitem a entrega de algumas reservas, tem de dar justas compensações às UCPs e Cooperativas.**

O PCP apoia firmemente as reclamações dos trabalhadores: que o Governo indemnize os trabalhadores, pelos melhoramentos investidos, pelo trabalho e colheitas nas terras arrancadas às UCPs e Cooperativas.

Que o Governo indemnize os trabalhadores pelos estragos da peste suína.

Que o Governo indemnize os trabalhadores pelos estragos causados pelas sementes malditas fornecidas pelo próprio Governo.

E que o Governo cumpra a sua própria palavra de Governo, tantas vezes jurada e tantas vezes perjurada, de entregar aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores, as centenas de milhares de hectares que já estão expropriados e que se encontram ainda nas mãos dos agrários.

Os preços, a cortiça, a «contrapartida»

E ainda, no rol de medidas contra a Reforma Agrária, a tentativa para arrancar a cortiça às UCPs e Cooperativas, invocando o absurdo Decreto-Lei 260/77.

Em todo o Alentejo e Ribatejo, o Governo e os agrários tentam por todas as formas impedir que as UCPs e Cooperativas vendam a cortiça e naturalmente fiquem com o produto da venda.

Antes mesmo de receberem as reservas, alguns agrários, em alguns casos com a protecção da GNR, procuram tirar a cortiça por sua conta. E agora por toda a parte procuram impedir que os trabalhadores vendam a cortiça.

Os trabalhadores têm-se oposto firmemente a estas tentativas e aqui quero afirmar que podem contar com o apoio do PCP.

Nós insistimos, camaradas, em que seja revogada a Lei da Cortiça, o Decreto-Lei 260/77, para que as UCPs e Cooperativas possam livremente tirar e vender a cortiça.

Se os agrários podem, nas suas terras, fazer tirar e vender a cortiça, porque razão se não reconhece o mesmo direito às UCPs e Cooperativas?

A cortiça, que era dos agrários nas herdades expropriadas, pertence às UCPs e Cooperativas formadas nessas herdades e o dinheiro da cortiça pertence aos trabalhadores e ninguém tem o direito de tirar-lho.

Conheceis certamente uma grande campanha que está fazendo a reacção contra as UCPs e Cooperativas porque um reaccionário qualquer enviou um telefonema ao MAP denunciando uma suposta destruição da riqueza florestal por uma UCP.

O que se pretende com tal campanha?

O que se pretende criar é um clima favorável a uma nova legislação contra a Reforma Agrária, que, no seguimento, da Lei da Cortiça, arranque às UCPs, e Cooperativas para o Estado a produção florestal.

Esta ofensiva merece imediata resposta.

É necessário em 1.º lugar que se desmascarem as falsidades da campanha sempre que esse seja o caso. É necessário em 2.º lugar que sejam denunciados todos os grandes cortes de árvores que sejam feitos nas propriedades privadas. É necessário, em 3.º lugar, que as UCPs e Cooperativas sejam particularmente cautelosas na sua actuação quanto aos arvoredos.

Outro ataque que se prepara respeito à chamada "contrapartida", ou renda, ou imposto (como se lhe quiser chamar), que as UCPs e Cooperativas deveriam pagar ao Estado.

Que pensam alguns senhores dos Ministérios em impor às UCPs e Cooperativas como pagamento? Pois nada mais nada menos do que cerca de 8 vezes mais por hectare do que pagavam os agrários pelas mesmas terras como contribuição predial!

Os agrários, que ainda têm terras em seu poder, não se lhes aumenta as contribuições. Mas as UCPs e Cooperativas seriam obrigadas a pagar pelas terras 8 vezes mais que os agrários.

Estamos de acordo, camaradas, que esta gente está a sonhar com ladrões.

E bom que os técnicos que fazem tais cálculos aprendam duas coisas.

A primeira é que as terras alentejanas e ribatejanas não podem fazer um conto por hectare como dizem, nem 500 escudos, nem metade de 500 escudos. Tudo quanto se diga em contrário é ilusório.

A segunda coisa que esses técnicos têm de aprender é que os trabalhadores alentejanos e ribatejanos têm os olhos abertos, o entendimento claro, e os pés firmes na terra.

Têm resistido até hoje com êxito às constantes ofensivas contra a Reforma Agrária. Continuarão a resistir e acabarão por vencer.

A consolidação interna das UCPs e os salários

É certo, camaradas, que nem sempre os salários pagos nas UCPs e Cooperativas são bons salários.

Mas o aumento dos salários só deve realisar-se, se as UCPs e Cooperativas estão em condições de aumentar os salários sem ficarem numa situação ainda mais aflitiva. Se as UCPs e Cooperativas não estão em condições de aumentar os salários, o aumento dos salários pode levar à destruição das UCPs.

Alguns trabalhadores já têm dito: "Mais vale ganhar agora mais alguma coisa antes que fiquemos sem nada".

Ora bem, camaradas, quem assim pensa não tem razão. Aqueles que assim falam estão a perder a confiança na Reforma Agrária, falam assim como se não pudessem defender as UCPs e Cooperativas, assim se já estivessem derrotados.

E a verdade é que os trabalhadores, lutando corajosamente, resistindo, têm defendido até hoje o fundamental a Reforma Agrária, continuarão a defender a Reforma Agrária e a Reforma Agrária irá para a frente.

Se os trabalhadores não querem voltar ao desemprego e à miséria em que viviam antes da Reforma Agrária, têm de considerar como sua tarefa principal, acima de todas as outras, como objectivo fundamental do seu trabalho e da sua luta no momento actual, a defesa e a consolidação das UCPs e Cooperativas.

Nós sabemos, camaradas, que, por vezes, aparecem pessoas que se afirmam muito revolucionárias e que dizem aos trabalhadores: "Vocês são tolos. Devem cobrar salários mais altos, enquanto têm a administração das UCPs e Cooperativas. Devem reclamar dos dirigentes mais salários e obrigá-los a pagá-los. E, se eles não estiverem de acordo, vocês devem fazer greve para que eles sejam a isso obrigados".

Ora bem, camaradas, aqueles que assim falam não querem o bem dos trabalhadores. Eles querem no fim de contas levar as UCPs e Cooperativas à ruína. Querem levar a Reforma Agrária à derrota e não à vitória.

Eu pergunto, camaradas. Se os trabalhadores, numa UCP ou Cooperativa, exigem maiores salários, a quem estão a exigir-los? Se fazem uma greve nas UCPs e Cooperativas, contra quem é essa greve?

Não é verdade que as UCPs e Cooperativas são dos próprios trabalhadores? Não é verdade que nas UCPs e Cooperativas não há patrões e que a Reforma Agrária se fez precisamente para que deixasse de haver patrões?

Quando os trabalhadores exigem melhores salários nas UCPs e Cooperativas exigem melhores salários, não a qualquer patrão, mas a si próprios.

E, se fizessem greve, fariam também a greve, não contra qualquer patrão, mas contra si próprios.

Quando a situação for mais desastrosa, pois que as UCPs e Cooperativas elevem os salários. Mas seria errado fazê-lo quando estão num tão difícil situação financeira que têm de mobilizar todas as energias e recursos para sobreviver contra os ataques que lhe movem os inimigos da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária trunfará

Unidos, os trabalhadores têm tido força para travar o avanço da ofensiva contra a Reforma Agrária. Mas uma coisa deves ter plena consciência: se os trabalhadores se dividissem, poderiam perdê-la.

É sabido que há dificuldades em algumas UCPs e Cooperativas. Há casos de má gestão. Há casos em que os mais responsáveis não ouvem com suficiente atenção os seus camaradas. É porém necessário, quaisquer que sejam as dificuldades, que os trabalhadores, uns com os outros, entre si, fraternalmente, examinem os problemas e tomem decisões que sejam apoiadas por todos.

É preciso que ninguém se deixe arrastar por aqueles que dizem que a Reforma Agrária está perdida, ou que procuram atrair os trabalhadores contra outros trabalhadores, contra as próprias cooperativas.

Os trabalhadores confiam no nosso Partido e o nosso Partido tem plena confiança nos trabalhadores. Nós sabemos, camaradas, que, apesar de certas dificuldades, os trabalhadores se mantêm unidos, confiantes, combativos, prontos a enfrentar as tempestades, decididos, com o seu Partido, com o nosso Partido, a defender o presente e a lutar pelo futuro.

Por isso novas ofensivas dos inimigos da Reforma Agrária serão sustidas, os obstáculos, as dificuldades e os perigos actuais serão vencidos e a Reforma Agrária triunfará.

Se a reacção pensa que os heróicos trabalhadores do Ribatejo e do Alentejo desmoralizam com as dificuldades, está profundamente enganada.

Os trabalhadores ribatejanos e alentejanos não voltam a cara à luta. Não desanimam, nem desanimarão. Os trabalhadores conhecem a sua própria força e é por isso que, ainda agora estão a andar as colheitas e já pensam nas próximas sementeiras de Outono com a certeza de que farão grandes sementeiras e que no Verão do ano que vem colherão o grão e os frutos da terra, colherão para si, para seus familiares, para a pátria, o produto do seu trabalho.

O PCP tem em relação à Reforma Agrária uma posição clara e definida.

Já no tempo da clandestinidade, durante os anos de cruel repressão, o PCP defendia a realização da Reforma Agrária, para pôr fim aos latifúndios, ou seja às grandes propriedades mal cultivadas com fracos rendimentos por hectare, mas que asseguravam apesar disso aos grandes agrários muitos milhares de contos anuais à custa da miséria dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos seareiros.

O PCP lutou sempre para que acabassem de vez os latifúndios, para que acabassem de vez o desemprego, a fome, a miséria nos campos alentejanos e ribatejanos, e para isso o PCP sempre lutou, antes e depois do 25 de Abril, luta e lutará pelo triunfo final e definitivo da Reforma Agrária.

Nos campos alentejanos e ribatejanos, a Reforma Agrária criou uma situação nova, diferente e melhor. Foi a ocupação e a expropriação de numerosas herdades. Foi o cultivo de terras abandonadas. Foi o aumento da produção. Foi o trabalho e o pão para muitos desempregados. Foi o melhoramento das condições de vida. Foi a direcção livre e independente da agricultura pelos próprios trabalhadores, trabalhando para si e para os seus entes queridos.

Há dificuldades? Há. Mas como pode alguém ser pessimista quando, apesar de todos os ataques e dificuldades a Reforma Agrária continua de pé?

E não é verdade que, salvo alguns casos, as terras ocupadas, expropriadas, cultivadas pelos trabalhadores continuam nas suas mãos?

E não é verdade que continuam a ser os trabalhadores a dirigir com autonomia as UCPs e Cooperativas?

E não é verdade que continuam a ser os trabalhadores que dispõem das máquinas e as utilizam conforme entendem?

E não é verdade que continuam a ser os trabalhadores a decidir o que semeiam e quanto semeiam, o que plantam e quanto plantam, o gado que interessa e que não interessa ter?

E não é verdade, camaradas, que, na zona da Reforma Agrária o corpo resultante da Reforma Agrária, nas vilas e aldeias a vida é hoje diferente? Que são os trabalhadores os senhores da vida local? que em numerosos casos dirigem Câmaras Municipais das vilas e juntas de Freguesia?

E não é verdade que a Reforma Agrária deu trabalho, deu pão, deu ao trabalhador liberdade e independência que não existiam, deu atenção aos velhos que o fascismo atravira para a esmola, e deu uma vida nova, diferente e melhor às nossas crianças, que vemos hoje aqui alegres e confiantes, porque os seus pais e o Partido lhes ensinaram a confiar na Reforma Agrária?

Quem pode imaginar que esta grande renovação da vida dos campos alentejanos e ribatejanos pode ser destruída?

Não, camaradas, não será destruída. É preciso que aqueles que às vezes desanimam com as dificuldades, ganhem confiança em que não será destruída.

O povo tem força para defender a Reforma Agrária e defendê-la.

A Reforma Agrária está reconhecida na Constituição, faz parte integrante do regime democrático português e o regime democrático português, queiram ou não queiram os reaccionários, queira ou não queira a CAP, queira ou não queira o PPD e o CDS, continuará a ser defendido. E continuará a ser defendido porque o povo que é quem mais ordena, assim o decide e assim o quer.

A Reforma Agrária é uma extraordinária conquista da Revolução portuguesa, é uma conquista histórica dos trabalhadores e quaisquer que sejam os acidentes, as dificuldades e os obstáculos acabará por ser vitoriosamente defendida e realizada.

A defesa da Reforma Agrária não interessa somente aos trabalhadores das UCPs e Cooperativas. Interessa aos pequenos e médios agricultores e seareiros. Interessa a todo o povo português. Defender a Reforma Agrária é defender as liberdades, é defender o regime democrático consagrado na Constituição, é defender a independência nacional.

Defendemos e defenderemos a Constituição. Defendemos e defenderemos a Reforma Agrária e lutamos e lutaremos para que os latifúndios e os latifundiários acabem de uma vez para sempre na nossa pátria, para que as UCPs e Cooperativas recebam de uma vez para sempre a terra em usufruto perpétuo reconhecido aos trabalhadores e os seus filhos e netos, para que a terra fique de uma vez para sempre na história, de séculos para séculos nas mãos de quem a trabalha.

(Do discurso de Álvaro Cunhal em Coruche)



Octávio Pato falando aos milhares de pessoas que participaram no comício da tarde do último domingo, na Amadora

Octávio Pato, na Amadora falou da unidade necessária

O camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, interveio no comício com que culminou, no passado domingo, a Festa da Unidade, na Amadora, referindo-se aos vários aspectos da política errada que o Governo PS/CDS continua seguindo, política que definiu como contrária aos interesses nacionais.

Num discurso proferido de improviso, o camarada recordou que os dados recentemente divulgados mostravam que continuavam a aumentar os défices das balanças comercial e de pagamentos, o que demonstrava como eram vãs as promessas feitas pelo Governo, sublinhando ainda que a sua actuação negativa pode ser avaliada pelo aumento do número de desempregados e pela subida dos preços, enquanto se agravam as condições de vida do povo português.

Já não é a política dos pacotes, afirmou. Agora vivemos a época da política dos pacotinhos de aumentos diários que se transforma, em pouco tempo, em grandes pacotes de aumentos.

Mais adiante o camarada

Octávio Pato falou da necessidade de unir todos os democratas e antifascistas, construindo um bloco democrático e patriótico para defender as conquistas da Revolução. E afirmou existirem perspectivas positivas no sentido da formação do bloco democrático e patriótico, lembrando que a homenagem recente a Bento de Jesus Caraça se pode integrar nesse movimento.

Falando ainda da unidade, referiu que o Partido Comunista não pretende esconder as divergências que separam comunistas e socialistas.

Mas dizemos que no combate ao fascismo estamos dispostos à unidade com os socialistas e democratas de outras tendências para bater e derrotar a reacção.

Antes da intervenção final, que foi a do camarada Octávio Pato, o camarada Ruben de Carvalho, chefe de redacção do "Avante!" proferiu também um discurso, durante o qual abordou a situação política actual, falando nomeadamente das propostas saídas da última reunião do Comité Central e consignadas nos 10 pontos-programa. Na sua intervenção

falaria também da importância da Festa do "Avante!", iniciativa nacional para a qual todo o Partido se mobiliza e na preparação da qual a Festa da Unidade, na Amadora, se integrou. Usaram igualmente da palavra o camarada Andrez, da comissão de freguesia da Amadora do PCP e uma camarada da UJC.

A Festa da Unidade, com efeito, foi a antevésio do que poderá ser, no Jamor, a grande realização de Setembro. Muitas dezenas de milhares de pessoas passaram, no Sábado e Domingo últimos pelo local da festa, num convívio alegre e entusiasmado, assistindo à actuação dos vários artistas e grupos musicais e folclóricos que ali estiveram.

Havia lá muitos stands que as organizações locais do Partido tinham imaginado e construído. Desde os comes e bebes aos de divertimentos. Até um mini-computador, criação da célula do "Grupo de Equipamento de Laboratório", propunha furos-electrónicos, em que saíam sempre chocolates e, de vez em quando, saía o grande prémio — a caixa de bombons, com direito a música!

Três stands de livros tiveram grande êxito na Festa,

sobretudo o das rifas, com "sai-sempre". E, a propósito de sorteios, anunciamos que foi sorteada uma máquina Kodak Instamatic EK4, que coube ao número 7 522.

Na noite de sábado houve o grande baile. Muita gente lá estava, comunistas ou não, e nem todos para dançar mas também para, integrados no não convívio, ouvir a música, confraternizar simplesmente.

No domingo de manhã foi a parte dedicada especialmente às crianças, com provas de atletismo, gincanas, demonstração de judo. O calor era já muito forte, mas não fez desistir as crianças dos seus jogos.

E houve os espectáculos, que se adiantaram pela tarde fora, até à altura em que se iniciou o comício.

A Festa foi um êxito. E a realização do sorteio de brindes das EP's, que era o seu pretexto, veio finalmente a terminar uma jornada em que as dezenas de milhar de pessoas que nela participaram estavam de acordo para dizer que tinha sido o grande acontecimento do fim-de-semana na Amadora. E não só. Porque este êxito vai decerto levar mais gente à Festa do "Avante!", nos dias 8, 9 e 10 de Setembro!

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO (I)

Após um grande trabalho de investigação, no Verão de 1916, V. I. Lenine termina o livro **O Imperialismo, fase superior do Capitalismo**, obra que é a continuação lógica das ideias fundamentais de Marx em «O Capital».

«O livro foi escrito tendo em conta a censura tsarista. Por isso — assinala Lenine — não só me vi forçado a limitar-me estritamente a uma análise exclusivamente teórica — sobretudo económica — como também tive de formular as indispensáveis e pouco numerosas observações políticas com a maior prudência» («O Imperialismo, fase superior do Capitalismo», edições Avante!, pág. 19).

1. No último terço do século XIX, o capitalismo entrou na sua fase superior e última, a fase do imperialismo. O traço fundamental do imperialismo «é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas» (Ibidem, pág. 107).

Os agentes da burguesia no movimento operário (designadamente Kautsky) diziam que o surgimento dos monopólios constituía uma nova era do capitalismo, que este perdera o seu carácter antipopular, que se tornara «organizado», «sem crises», «pacífico», que tomara possível acabar com a anarquia da produção e com as guerras, através de um acordo entre capitalistas de diferentes países.

Lenine demonstra que «o imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação directa das características fundamentais do capitalismo em geral» (Ibidem, pág. 107). Mantém-se a propriedade privada dos meios de produção, as relações de exploração dos operários pelos capitalistas, a distribuição que leva à riqueza de uns e à miséria de outros, o antagonismo entre o trabalho e o capital. Mantém-se também, ainda que com as suas particularidades, todas as leis do capitalismo: a lei da mais-valia, a lei geral da acumulação de capital, a lei da concorrência e da anarquia da produção.

2. A passagem do capitalismo da livre concorrência ao imperialismo foi preparada pelo próprio curso do desenvolvimento capitalista, das suas forças produtivas e das suas relações de produção, das suas contradições insolúveis. Lenine aponta como traços económicos fundamentais do imperialismo:

- 1) A concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida económica;
- 2) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse «capital financeiro», da oligarquia financeira;
- 3) A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- 4) A formação de associações monopolistas internacionais de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
- 5) O termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (Ibidem, pág. 108).

3. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a livre concorrência conduziu inevitavelmente à vitória das grandes empresas sobre as mais fracas, à ruína das pequenas e médias empresas, absorvidas pelas grandes. **A concentração da produção fez-se no seio de grandes empresas, empregando um número crescente de operários, transformando enormes quantidades de matérias-primas em fornecendo a parte mais considerável da produção industrial.** Em Portugal, no ano de 1970, das quarenta e cinco empresas de construção naval, apenas uma (Lisnave) empregava 50% dos trabalhadores do ramo; e nos vidros, de noventa e oito empresas, apenas duas (Covina e Sive) empregavam 39% do pessoal.

A concentração da produção é acompanhada da **concentração e centralização do capital**, de que a formação e expansão das sociedades anónimas constitui mola impulsionadora. Em 1971, das 40 051 sociedades exercendo actividade no Continente e ilhas, apenas 168 (0,4% do total) detinham 53% do capital de todas as sociedades.

A concentração da produção e do capital conduz ao **monopólio**, isto é, ao acordo, união e associação de capitalistas, que dominam o mercado obtendo enormes lucros. Mas «os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam» (Ibidem, pág. 107), tornando-a, pelo contrário, mais encarniçada e destrutiva. **Atualmente, em Portugal, a concentração e centralização**

capitalistas e a formação e dominação do capital monopolista tiveram como característica particular terem sido aceleradas e forçadas pela intervenção coercitiva do Estado fascista. Significa isto que a lei do desenvolvimento económico do capitalismo segundo a qual a concorrência conduz à concentração e a concentração ao monopólio teve a sua realização precipitada pelo factor político. Assim, foi possível que o capital financeiro ganhasse uma posição dominante e que os grupos monopolistas se formassem, desenvolvessem, estendessem os tentáculos a toda a economia nacional, antes que tivesse tido lugar um verdadeiro processo de industrialização ou um progresso das forças produtivas que, pelo jogo das leis económicas, o justificassem.

4. Para compreender o poder dos monopólios é preciso ter em conta as mudanças ocorridas no papel



dos bancos. Na banca, como na indústria, a livre concorrência gera, inevitavelmente, a concentração. Diminui o número de bancos, mas aumentam as suas dimensões e cresce o volume das suas operações.

A concentração na banca, tal como na indústria, leva ao monopólio. O papel dominante passa para alguns bancos poderosos que se tornam senhores do mercado do dinheiro: em Portugal, no ano de 1970, sete bancos num total de dezasseis tinham 83% dos depósitos e 83% da carteira comercial.

A concentração da indústria e dos bancos, a formação de monopólios industriais e bancários conduzem a modificações substanciais nas relações entre a banca e a indústria. Lenine escreve: «A medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital monetário do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países» (Ibidem, pág. 45).

A interpenetração do capital monopolista bancário e industrial progride. «Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou entrelaçamento dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do **capital financeiro** e daquilo que o conceito «encerra» — escreve Lenine (Ibidem, pág. 63). Em Portugal, o capital financeiro forma-se pela absorção ou atração do capital industrial pela banca (Espírito Santo e Portugal do Atlântico) ou pelo alargamento à banca de sectores industriais (CUF e Champalimaud).

«O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efectivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira...» Em 1973, a economia portuguesa estava dominada por sete grandes grupos monopolistas, propriedade de um número restrito de famílias de multi-

lionários, rodeados de algumas centenas de satélites. Melos, Champalimaud, Espiritos Santos, Quinas, Vinhas e outros, eram a oligarquia financeira (do grego oligarkhla, poder de um pequeno número) que dominava a economia portuguesa.

5. «O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capitais» (Ibidem, pág. 79).

Sob o domínio dos monopólios, a acumulação de capitais nos países desenvolvidos, atinge proporções gigantescas, formando-se um «capital excedentário». É evidente que, se os monopólios utilizassem os seus capitais para elevar o nível de vida dos trabalhadores e por termo ao atraso da agricultura não «sobraria» capital. Mas os capitalistas procuram o lucro



Actividades do Partido

● **Romagem à campanha de Ferreira Soares** — No próximo domingo a Comissão de Freguesia de Nogueira da Regedoura promove uma romagem à campanha de Ferreira Soares, que há 36 anos caía vítima das balas assassinas da PIDE.

O camarada Ferreira Soares, que foi membro do Comité Regional do Douro do PCP, com o pseudónimo de Sovarine, era médico e ainda hoje é lembrado pela população que sempre socorreu, merecendo a designação com que era conhecido, a de «médico do povo».

A Comissão de Freguesia de Nogueira da Regedoura, que agora promove esta romagem, mantém assim viva a memória de um militante comunista que se distinguiu pela sua generosidade e pela sua perseverança, lutando face aos perigos que o fascismo semeava no caminho dos democratas.

● **Piquenique em Caneças** — Algumas centenas de pessoas participaram no passado domingo num piquenique realizado em Caneças, mais precisamente nas «Piçarras», promovido pelas

organizações do PCP de Caneças, Tojais, Loures e Sacavém.

Um animado convívio decorreu em ambiente unitário durante todo o dia. Houve exibição dos Pioneiros de Odivelas, uma sessão de liunismo e outras iniciativas.

As febras e a carne de porco à alentejana, a sardinha e o caldo verde constituíram a ementa do piquenique, após o qual o camarada Severiano Falcão, membro do Comité Central do Partido, interveio, numa sessão de esclarecimento em que abordou os temas mais significativos da situação política actual.

Esta iniciativa enquadra-se no seguimento de outras realizações que a organização de Caneças levou a efeito nos últimos 3 meses, entre as quais se destaca a inauguração do novo Centro de Trabalho, ao qual foi dado o nome do camarada Manuel de Sacavém. O camarada Manuel Pedro, do Comité Central, esteve presente à inauguração.

Um almoço de confraternização, no passado dia 1 de Abril reuniu entretanto cerca de 250 pessoas e, mais

tarde, em 7 de Maio, efectuou-se, também por iniciativa da organização de Caneças, uma excursão ao Alentejo com duas camionetas, que levaram muitos camaradas e amigos de visita a algumas cooperativas.

● **Alda Nogueira em Lagos** — Com a sala da Casa da Cultura completamente cheia, realizou-se em Lagos, na passada sexta-feira, uma sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Concelhia do PCP, que contou com a presença da camarada Alda Nogueira, membro do Comité Central do Partido.

Depois de saudar os presentes, os trabalhadores, os democratas e antifascistas e o povo de Lagos, a camarada falou sobre a situação política actual, referindo-se às medidas do Governo PS/CDS, nomeadamente às tomadas no plano económico — acordos com o FMI, aumento de preços, aumento do desemprego — e às suas consequências para o agravamento da crise e das condições de vida das massas trabalhadoras e dos pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores.

A camarada Alda Nogueira

falou ainda sobre os perigos da conspiração fascista e sublinhou a importância do reforço da unidade das forças democráticas e antifascistas para impedir o avanço das forças reaccionárias e defender a democracia e as conquistas de Abril.

A alternativa apresentada ao país pelo PCP, nomeadamente as conclusões da reunião do Comité Central do Partido foram também abordadas pela camarada, antes de se abrir um período de perguntas e respostas, preenchido por muitas intervenções dos presentes que puseram questões sobre temas de actualidade política.

● **Encontro de Quadros** — O camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política do Comité Central, esteve presente, no sábado passado, num Encontro de Quadros do Sector de Transportes da DORL sobre questões de Organização.

Uma centena de camaradas participou neste Encontro, cuja ordem de trabalhos, muito vasta, propunha o debate de problemas de organização, de quadros, de estruturação e outros.

Após um período de vivo debate, do qual se veio a concluir, nomeadamente a necessidade de descentralização de tarefas, maior autonomia dos organismos e melhoria no processo de formação de quadros, o camarada Blanqui Teixeira, antes da intervenção política sobre a actual situação, que haveria de proferir no final, realçou a riqueza das intervenções e a importância do Encontro.

● **Centro de Trabalho de Faro** — Não estão ainda esclarecidas as circunstâncias que determinaram há poucos dias o incêndio que deflagrou no Centro de Trabalho de Faro do PCP, durante o qual valioso equipamento técnico foi destruído.

Foi entretanto notável a solidariedade manifestada no combate ao fogo. E, logo na noite seguinte as actividades continuaram, tendo-se realizado na esplanada do Centro de Trabalho, um jantar de convívio que reuniu cerca de 250 pessoas, que assistiram também às variedades programadas.

O centro de trabalho da DORA já foi adquirido com dinheiro da Campanha!

Para todas as pessoas amigas aqui presentes, para todos aqueles que têm ajudado a Campanha da DORA, para todos esses camaradas e amigos, vão as saudações fraternas e revolucionárias do Comité Central do PCP — disse o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do CC, ao falar perante os dois milhares de pessoas reunidas no comício-festa que teve lugar no passado domingo, no Barragem Monte da Rocha, em Ourique.

Depois de sublinhar que a meta dos 3000 contos está praticamente cumprida, o camarada Gervásio disse que o «Avante!» anunciará proximamente que a meta foi alcançada!

Destacou seguidamente que a Campanha tem sido uma batalha

difícil. Mas, afirmou, os comunistas não voltam a caras dificuldades e, apoiados pelos trabalhadores, cumprem as suas tarefas, mesmo com grandes sacrifícios.

O NOVO CENTRO JÁ FOI COMPRADO?

Situa-se na Rua de Aviz, em Évora, o edifício que vai ser o novo Centro de Trabalho da Direcção da Organização Regional do Alentejo, do nosso Partido.

Trata-se de um edifício antigo, que custou 2 100 contos, dinheiro que já foi resultado da Campanha. Mas há ainda muitas despesas a fazer, com a adaptação do prédio às condições exigidas para o trabalho e para todas as

iniciativas que o Partido, deste modo, estará muito mais apto a desenvolver no Alentejo. E também vai haver mobiliário de trabalho a adquirir. De modo que os 3 mil contos da meta prevista, e cujo montante alcançado esperamos anunciar logo que todas as verbas estejam contabilizadas, foram uma justa previsão das necessidades.

Este êxito, para além de estar a produzir os comentários azedos dos elementos reaccionários, o que se previa, está por outro lado, a suscitar naturais e justas demonstrações de alegria por parte dos trabalhadores e democratas do Alentejo, que assim vêem uma vez mais a concretização de uma vitória do Partido, que sai reforçado desta Campanha!

Alfredo Diniz continua vivo na memória de todos nós

Há 33 anos, em 4 de Julho de 1945, a PIDE assassinou um destacado militante antifascista cujo nome e exemplo jamais serão esquecidos pelo Povo português e pela História da luta de resistência contra a ditadura. Com apenas 28 anos, o camarada Alfredo Assunção Diniz (Alex) foi assassinado na estrada de Bucelas pelo famigerado José Gonçalves, agente da PIDE, que, na altura, chefiava uma brigada constituída pelos agentes Mário Constantino e António Baptista da Silva. O camarada Alex foi atingido no coração, à queima-roupa, quando se dirigia de bicicleta para uma reunião da organização do Partido.

Nascido a 29 de Março de 1917, Alfredo Diniz, operário e filho de operários, destacou-se desde muito jovem no combate antifascista e na defesa dos interesses do seu companheiro de trabalho, estando sempre na primeira linha das lutas reivindicativas. Em 1937 e 1938 desenvolveu uma intensa

actividade na Federação das Juventudes Comunistas, no Socorro Vermelho Internacional e no nosso Partido. Ao mesmo tempo, frequentava o Curso Industrial nocturno. Ainda em 1938, foi preso pela PIDE, estando então encarcerado 18 meses, durante os quais foi sujeito às mais violentas torturas, tendo sempre resistido com enorme coragem. Após as greves da região de Lisboa em Outubro e Novembro de 1942, o camarada Alex foi obrigado a passar à clandestinidade. E é nessa difícil condição que vai desenvolver um intenso trabalho político no decorrer das greves de Lisboa e Baixo Ribatejo, em Julho e Agosto de 1944.

Entretanto, por decisão tomada no dia 5 do passado mês de Janeiro pelo juiz encarregado de instruir o processo-farsa contra o pido José Gonçalves, este criminoso não responderá em tribunal pelo assassinio que cometeu. O sr. juiz decidiu reaver o auto instaurado em 1945 contra aquele pido (cujo

processo foi reaberto em 1976 por pressão da opinião pública), pondo de parte, entre outros, o testemunho dos peritos do Instituto de Medicina Legal que, na altura do assassinio, examinaram o cadáver, tendo então concluído que a morte do camarada Alex resultara «necessariamente das lesões traumáticas» produzidas pelo disparo e que a agressão do pido foi feita com a «intenção de matar».

Tal como o juiz que em 1946 concluiu que «a morte do Alfredo da Assunção Diniz foi um mal necessário e justificado», o sr. juiz que agora, em 1978, decidiu reaver o processo, baseando-se no mesmo «mal necessário», não só comete uma flagrante injustiça que a História não perdoará como atenta descaradamente contra a democracia e a legalidade democrática. Não perdoará a História e não perdoará o Povo português e todos os democratas, que não esquecem Alfredo Diniz (Alex).

A morte de Sena Lopes

Morreu, no passado mês de Junho, o nosso camarada Mário Vitor Cardoso de Sena Lopes. Antifascista de longa data, Sena Lopes foi preso pela primeira vez em Janeiro de 1953, estando detido primeiro, no Aljube e daí transferido para Caxias.

A segunda prisão de Sena Lopes ocorreu em Dezembro do mesmo ano quando, com um grupo de democratas, aguardava no aeroporto de Lisboa a chegada da grande escritora e democrata Maria Lamas. Desta vez, esteve preso em Caxias durante 11 dias.

Sena Lopes foi preso pela terceira vez em Outubro de 1955 com um grupo de democratas do Movimento Nacional Democrático. Detido durante nove meses foi levado a tribunal acusado de pertencer ao Partido Comunista Português, tendo sido libertado após o julgamento.

Militante do PCP, Sena Lopes

nunca, em qualquer das suas prisões, prestou quaisquer declarações aos tortionários da PIDE/DGS.

Em 1958, o nosso camarada fazia parte do organismo que controlava a região de Pero Pinheiro. Devido a denúncia, passou à clandestinidade em 1959, tendo-lhe o Partido dado a tarefa de organização em vários locais.

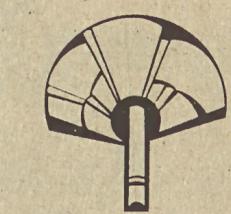
Em Janeiro de 1961, e devido a denúncia, Sena Lopes foi novamente preso. Berbaramente torturado durante oito dias na cadeia da PIDE do Porto, não prestou quaisquer declarações. Foi mantido em completo isolamento durante um ano, até ao dia do julgamento. «Condenado» pelo tribunal fascista, foi levado para Peniche, de onde saiu em fins de 1966.

Após o 25 de Abril, Mário Sena Lopes militava na célula do PCP do Banco Nacional Ultramarino.

Aproveitar as férias e ler um bom livro!

As organizações do Partido, e são muitas já, continuam empenhadas na Batalha do Livro. E muitos êxitos há a registar nesta iniciativa que os comunistas tomaram como objectivo principal de promover a divulgação cultural, política e ideológica.

No período que decorre, em que as férias já começaram para muitos trabalhadores, em que o tempo é mais largo e onde cabe sempre a ocasião de ler um bom livro, as iniciativas que vão a breve prazo conseguir levar a muitos milhares de leitores as dezenas de milhares de livros que foram escolhidos para esta verdadeira batalha, multiplicam-se. É o aproveitar as feiras locais



que nesta época são frequentes; é o aproveitamento das festas que agora também muitas organizações do Partido promovem; é também o aproveitar o facto de muitos militantes se encontrarem

em férias e disporem de tempo para dinamizar a campanha a que se lançam mãos.

A Batalha do Livro também vai entrar pelos Centros de Trabalho dentro. E aí, nas bancas que muitas vezes se limitam a exportar o livro e a publicação, entre o portão e o autocarro, ali o livro vai mesmo sobressair e os camaradas responsáveis pelas bancas vão dinamizar a solicitação que o livro pode e deve promover junto de todos.

O livro é para ser lido, para ser divulgado. E, entre a centena de títulos que fazem parte desta Batalha, muitos haverá que despertarão a nossa curiosidade e a nossa atenção.

O boicote à festa do PCP em Cantanhede

A DORB do PCP divulgou o seguinte comunicado:

1. Na passada sexta-feira, dia 30, na vila de Cantanhede, foi boicotada e impedida, por um grupo de arruaceiros e gente socialmente desqualificada, a realização de uma festa no Jardim Municipal, promovida pela Comissão Concelhia do PCP.

Os marginais, que nunca ultrapassaram as quatro dezenas, além de terem provocado prejuízos materiais, demonstraram, desde o início, através dos seus cabecilhas, bem referenciados e identificados, terem como objectivo central o impedimento, por qualquer meio, do exercício das liberdades e demais direitos constituciona-

mente garantidos aos cidadãos e aos partidos.

2. Directamente sob o seu comando e por sua exclusiva iniciativa, o comandante distrital da PSP mobilizou para a vila de Cantanhede efectivos desusados e foram montadas várias operações «stop», tudo causando nítida perturbação a dar a população e ajudando a dar credibilidade aos boatos que os fascistas fazem circular sobre o eventual boicote da festa.

Mau grado tão aparatoso dispositivo policial, a provocação foi iniciada e montada por três ou quatro elementos bem localizados, não havendo por parte das forças policiais, designadamente do seu

comandante, firmeza no trato com os arruaceiros que já então demonstravam claramente o propósito de não respeitarem a ordem e a legalidade democráticas.

Só mais tarde e já perante a consumação da provocação, designadamente a identificação da aparelhagem sonora, se veio a verificar a intervenção da PSP na protecção à retirada dos materiais e das pessoas que tinham ido para participar na festa.

3. Estes acontecimentos assumem maior gravidade por se verificarem poucos dias após a Assembleia da República ter aprovado legislação que visa a proibição e o combate às organizações e às actividades fascistas ou fascizan-

tes e constitui grave insulto ao regime e ao Estado democrático a impunidade com que foram praticados.

Não confundimos nem identificamos, e grave erro seria fazê-lo, bandos de arruaceiros e marginais, alguns identificados com partidos que se dizem democráticos, com a população de Cantanhede, que no próprio local e perante a arruaça provocatória reprovou semelhante atitude e expressou, com destaque para membros do Partido Socialista, a sua solidariedade activa para com os militantes do PCP.

4. A DORB do PCP reclama do Governo a adopção de medidas que visem o cumprimento da

Constituição e a aplicação da legislação recentemente aprovada na Assembleia da República e exige uma mais firme e adequada acção das forças militarizadas na defesa da legalidade democrática e do exercício das liberdades.

5. A DORB do PCP apelá a todas as forças sociais e políticas empenhadas numa política democrática e patriótica, a todos os democratas e antifascistas para que unam no desmarcamento, combate e isolamento das forças fascistas e fascizantes e para que, através de iniciativas concretas, se empenhem na defesa da legalidade democrática e no exercício das liberdades conquistadas com o 25 de Abril de 1974.

Semana

28

Quarta-feira

1918 — Na URSS, decreto do Conselho dos Comissários do Povo...

A esquerda francesa mobiliza-se por completo em Paris para protestar contra uma reunião de «movimentos» da extrema-direita italiana...

29

Quinta-feira

1970 — O presidente da RAU, Gamal Nasser, chega a Moscovo para uma visita oficial...

O tribunal de Moscovo apresenta acusações escritas de difamação contra dois correspondentes norte-americanos...

30

Sexta-feira

1893 — Nasce Walter Ulbricht, primeiro-secretário do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha Democrática...

A República Socialista do Vietname é admitida como membro de pleno direito no CAME...

1

Sábado

1962 — Independência da Argélia, após sete anos de guerra de libertação nacional.

Uma explosão em Nova Iorque (EUA) na zona de Wall Street, o bairro financeiro da cidade causa 160 feridos...

2

Domingo

1902 — A base de Guantánamo (Cuba) é alugada aos EUA pelo Governo subserviente que então esmagava o país.

Rabi Ray, secretário-geral do partido governamental indiano «Janata», demite-se enquanto se intensifica a crise de direcção no seio do partido...

3

Segunda-feira

1943 — É fundado o Partido Comunista do Sri Lanka (PCSL), na base do Partido Socialista Unificado...

A Democracia Cristã Italiana deseja encontrar-se separadamente com os diversos partidos e depois de ter uma reunião conjunta com eles...

4

Terça-feira

1941 — «Dia dos Lutadores» na Jugoslávia; neste dia o CC do PC Jugoslavo lança um apelo à revolta total contra o fascismo.

Entre ontem e hoje deram-se trinta explosões na ilha francesa da Córsega, para além de várias outras bombas que foram descobertas antes da explosão...

Mais uma provocação contra o Vietnam

A campanha internacional do imperialismo contra a República Socialista do Vietnam está-se a tornar uma constante. Feita uma pausa ne cessária depois da vitória do povo vietnamita sobre as tropas dos Estados Unidos...

Iniciou-se então a ofensiva da provocação: os «fugitivos», a «miséria», a «opressão» — todos os argumentos correntemente invocados contra o socialismo...

governo vietnamita contra a especulação no comércio, em que estavam também medidas múltiplas famílias chinesas, dentro da tradicional política de Pequim...

Na sua última provocação propagandística, do imperialismo acusou o Vietnam de ter invadido o território cambodjano...



Da guerra à primeira Assembleia Nacional do Vietnam reunificado: um povo em luta.

Um exemplo, não só da campanha contra o Vietnam socialista. Um exemplo de como se foram notícias para deformar a imagem de um país...

estrangeiros vivendo no seu território, são os mesmos que lamentam a «liberdade» perdida com o fim da invasão imperialista...

Islândia e San Marino: vitória da esquerda

Confirmando a tendência para o reforço da esquerda nos vários países da Europa, face às graves consequências da política monopolista...

(conservador) e o Partido Progressista (centro) que formavam a anterior coligação governamental...

intensificação das lutas dos trabalhadores contra a deterioração das suas condições de vida.

Dois exemplos da força crescente da esquerda. E também das manobras e dos temores da direita.

O Japão militariza-se com apoio dos EUA

O Japão e os Estados-Unidos intensificam dia a dia a sua cooperação no domínio militar, situação que está a conduzir a uma preocupante militarização daquele país asiático.

vão fornecer ao Japão 100 «Caças F-15» e 45 aviões detectores para luta anti-submarina.

suas tropas da Ásia e do Pacífico.

ra deste acordo foi significativamente antecedida de uma estadia em Bruxelas onde se discutiu, o reforço dos laços militares entre o Japão e a NATO...

Um novo acordo foi recentemente firmado entre o chefe japonês da «Agência de Defesa Nacional», Shin Kanemaru, e o seu homólogo norte-americano Harold Brozn.

Estas tendências cada vez mais evidentes para uma crescente militarização do Japão estão em flagrante oposição com disposições da Constituição deste país.

Pelo contrário, e segundo afirmaram responsáveis do Pentágono depois de acordo estar firmado, os Estados-Unidos estão dispostos a aumentar o seu potencial militar no Extremo-Oriente...

Os resultados preocupantes desta viagem do chefe da Agência de Defesa Nacional estão a ser encaradas no Japão com apreensão por parte das forças democráticas e pacíficas.

Na sequência deste acordo, a indústria de guerra dos EUA

O acordo entre os dois países foi reforçado com promessas dos Estados-Unidos de que este país não tem a intenção de retirar as

Por seu turno, o responsável japonês pelo acordo declarou que o seu país aceita um aumento dos custos de manutenção das múltiplas bases e estabelecimentos militares americanos instalados no Japão.

Os secos democráticos vêm nesta viagem e nos seus resultados um novo passo no sentido do seu país entrar para a órbita da NATO e, consequentemente, de dar passos grandes no sentido de uma crescente militarização.

Breves notícias

A situação no Yemem do Sul — Salim Robaya Ali, presidente da República Popular do Yemem, desenvolveu no seu país actividades não só conspirativas...

futebol: se o pontapé ao avançado atrevido falhou, há que rebolar no campo com entorses de gateira...

«Soyuz-30», juntamente com o soviético Piotr Klimuk, pois ele foi o primeiro polaco a «voar» para fora da atmosfera terrestre...

Na verdade, e como bem sublinhou o ministro tanzaniano, os especiais esforços da NATO para criar uma força de «polícia africana»...

A questão da Eritreia — Novos dados surgiram relativamente à situação na Etiópia quando, recentemente os dois principais grupos guerrilheiros da Eritreia se declararam dispostos a negociar politicamente com a Etiópia.

O conflito, que se arrasta há 17 anos, tem sido utilizado pelo imperialismo como uma das testas de ponte da ofensiva contra o regime progressista que, na Etiópia, depôs o ditador feudal Haile Selassie.

Ermashevsky e Klimuk foram encontrar-se com Vladimir Kovalenok e Alexandr Ivanchenkov, a «re-habitarem» a estação espacial «Saliut-6»...

Após a recente ingerência francesa no Zaire, o Elseu viu-se na necessidade de «construir» uma plataforma...

Convocado de emergência pelo CC da Organização Política Unida — Frente Nacional da República Popular do Yemem, para se justificar face às graves acusações que sobre ele impendiam...

De mais esta intenção imperialista resultou uma clarificação sobre os desígnios criminosos do presidente Salim e da manobra envolvente que ameaçava lançar o país na viagem mas, como sempre, tais acontecimentos deram o rigem a grandes «choradinhos» na imprensa burguesa...

O cosmonauta polaco Miroslav Ermashevsky é o segundo cosmonauta de nacionalidade não soviética a participar no programa espacial da URSS.

Segundo Mkpaka tal força, a ser criada, seria apenas pela Organização de Unidade Africana (OUA), o que é evidente, mesmo para o imperialismo...

A Estação Orbital «Saliut-6» — Foi com grande gozozio de todo o povo polaco que Miroslav Ermashevsky subiu ao cosmos na nave soviética

Ministro tanzaniano acusa — O ministro dos Negócios Estrangeiros tanzaniano, Benjamin Mkpaka, criticou vigorosamente a política dos países ocidentais por encarem a África como uma arena para os confrontos entre o Ocidente e o Leste.



Após a recente ingerência francesa no Zaire, o Elseu viu-se na necessidade de «construir» uma plataforma...

O PCP, O PRESENTE E O FUTURO

Uma exposição de cerca de uma hora, da qual publicamos alguns excertos, precedeu na noite da última segunda-feira mais de três horas de um debate que várias vezes entusiasmou e conduziu à ovação de centenas de pessoas que superlotaram o Teatro Maria Matos, em Lisboa para ouvir o camarada Álvaro Cunhal e com ele discutir a questão colocada pelo semanário «O Jornal» aos dirigentes dos principais partidos sob o título «Portugal, anos 80 - o quê?».

Apresentado por José Carlos de Vasconcelos, director do semanário promotor das Conferências democráticas, o secretário-geral do PCP, depois da exposição inicial, respondendo tão pormenorizadamente quanto o permitia a limitação do tempo a 13 participantes, entre os quais alguns dirigentes do PS como Salgado Zenha, Manuel Alegre, António Guterres e Miller Guerra, teve ocasião de expor os pontos de vista do Partido com um rigor e um interesse sempre manifesto que só tiveram a ganhar com as imagens muito vivas, e por vezes irónicas, que frequentemente utilizou para ilustrar as respostas solicitadas sobre assuntos como o divisionismo no campo sindical, a questão do leninismo, as liberdades, a «teoria da pivotação da economia nacional» do presidente do CDS, Reforma Agrária, nacionalizações, empréstimos externos, Serviço Nacional de Saúde, parcelos sociais, Educação, o papel das Forças Armadas no regime democrático, juventude, financiamento e linhas de crédito, o desenvolvimento das relações de Portugal com as ex-colónias, a iniciativa privada.

Na perspectiva temporal escolhida pelos organizadores da Conferência, o camarada Álvaro Cunhal foi muito firme na confiança que manifestou na defesa da unidade dos trabalhadores no Movimento Sindical, na sua capacidade para derrotar a campanha divisionista, na reafirmação da linha do Partido e da sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo com a consequente defesa das amplas liberdades num processo democrático em gestação, na sua realidade concreta, cuja análise concreta o PCP nunca substituiu por modelos importados ou por soluções tiradas de qualquer manual.

Um guia para a acção

Embora as questões relacionadas com o movimento comunista internacional e com os países socialistas saíssem do âmbito do debate, o camarada Álvaro Cunhal respondeu às questões colocadas nesse plano por Salgado Zenha e Manuel Alegre. Em síntese reafirmou que o PCP, ao manter a sua fidelidade ao leninismo o encara como ele sempre foi e continua a ser - um guia para acção em situações concretas e não um manual que se folheia para obter respostas que só a realidade e a luta podem fornecer.

Quanto às relações com os partidos irmãos, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou mais uma vez a independência de actuação do PCP. Teve palavras muito claras para reafirmar que as revoluções não são matéria que se exporte. Sublinhou clara e concretamente as diferenças que separam os países socialistas e as que separam também os países capitalistas. Falou das realidades concretas, de uns e outros países, das suas características culturais, dos seus processos revolucionários, da existência de países socialistas onde há vários partidos e onde há um único partido. Assinalou características próprias de cada país, de cada solução política. Lembrou que o Programa do nosso Partido, aprovado em 1965, ainda durante a clandestinidade, traçava já as linhas de actuação futura sempre respeitadas pelo PCP, nomeadamente no campo da defesa das amplas liberdades para todos os partidos democráticos. Reafirmou uma prática que sempre caracterizou a acção dos comunistas portugueses. No caso de uma votação que desse uma maioria ao PCP e o levasse ao poder, a atitude do nosso Partido seria a de ir ter com o PS e perguntar-lhe se queria formar governo connosco - lembrou ainda o camarada Álvaro Cunhal.

Máxi e mini sindicatos

No divisionismo sindical podem detectar-se duas tendências: a do máxi e a do mini-sindicato. O PS inscreve-se na primeira. É ver a sua ambição pelo menos irrealista de quebrar a unidade dos Metalúrgicos com um máxi-sindicato nacional. Mas também não descarta a segunda. É ver os sindicatos paralelos e a sua profusão na tendência mini que conta sobretudo, mas não só, com a ambição do PSD/PPD. Na perspectiva dos anos 80, ironizou o camarada Álvaro Cunhal, podemos deparar com milhares de sindicatos. Poderíamos ter, se a fúria das tendências não deparasse com o Movimento Sindical Unitário, um sindicato com dez trabalhadores, um com cinco e por aí fora até à pulverização completa e à «Central CDS» com trezentos sindicatos e o mesmo número de trabalhadores filiados.

Mas não. Atingiremos a década de 80 sem essa situação caricata. Os êxitos da unidade estimulam a confiança e os trabalhadores não se deixarão dividir para satisfazer ambições de máxi e mini sindicatos.

Reforma Agrária e iniciativa privada

Após largas referências ao Serviço Nacional de Saúde, aos parcelos sociais e a outras questões levantadas no decorrer do debate, o camarada Álvaro Cunhal, apoiado em dados muito precisos afirmou em relação à Reforma Agrária que «temos de acabar com a cultura extensiva dos latifúndios» para que a produção aumente e satisfaça os anseios dos trabalhadores e de todo o povo.

Acerca da descida na produção agrícola o camarada Álvaro Cunhal salientou que essa descida é geral. Não respeita apenas às terras da Reforma Agrária. A produção arcaica (trigo, aveia e cevada, culturas características das terras da Reforma Agrária) de cereais praganosos (trigo, aveia e cevada, culturas características das terras da Reforma Agrária) desceu em Bragança, na Guarda e noutras zonas muito distantes das terras do Alentejo e do Ribatejo. A descida em Bragança e na Guarda não pode ser da responsabilidade da Reforma Agrária, lembrou apontando a necessidade de o Governo e todos os órgãos do poder auxiliarem e protegerem essa conquista revolucionária dos trabalhadores. Ao mesmo tempo sublinhou a necessidade urgente de atender, com toda a cautela e prudência, à produção agrícola no Norte e no Centro do País, aplicando soluções adequadas aos tipos de propriedade aí existentes salvaguardando os interesses dos pequenos e médios agricultores.

A iniciativa privada deve ser protegida. É essa a opinião do PCP. Mas não a iniciativa privada do grande capital. Devem ser auxiliados sim os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores dentro do espírito e da letra da Constituição para que ela se cumpra e se avance no caminho do seu projecto - a construção do socialismo em Portugal.

No quadro do regime democrático

A política defendida pelo PCP nos dez pontos-programa indica as grandes características da sociedade portuguesa dos anos 80 pela qual lutamos: uma sociedade democrática a caminho do socialismo, a ser construída no quadro do regime democrático consagrado na Constituição, cuja defesa é talvez de todas as tarefas a tarefa mais importante para todos os antifascistas, para todos os democratas portugueses.

Uma questão crucial é saber se nós, os portugueses, aceitamos ser reduzidos a uma mentalidade de abdição e capitulação nacional, que nos leva a vermos no estrangeiro a solução de todos os problemas, ou se acreditamos em nós próprios,

Grande capital e má gestão

O grande capital e os seus representantes conduzem campanhas e ofensivas contra as nacionalizações. Acusam-nas de deficitárias. Acusam-nas de má gestão. Acusam-nas de superfúas ou inúteis. Exigem a entrega aos capitalistas da exploração de umas. A privatização de outras. Compreendem-se tais exigências, pois o sector nacionalizado é o antigo sector monopolista e a restauração do capitalismo monopolista teria de passar pela reconquista do sector nacionalizado.

Naturalmente que, mesmo o capitalismo monopolista restaurado admitiria nacionalizações, como as admitiu e admitem todos os países em sistema de capitalismo monopolista de Estado, como é o caso dos países de democracia burguesa da Europa ocidental e como era o caso da ditadura fascista de Salazar.

Em todos esses casos, o Estado chama a si, no próprio interesse do capital monopolista, através de nacionalizações ou da criação de empresas públicas, aqueles sectores ou empresas não rentáveis ou pouco rentáveis, em cuja exploração directa os capitalistas não estão interessados, embora a sua existência lhes seja necessária.

As nacionalizações da democracia portuguesa, realizadas e consagradas na Constituição, têm carácter diferente. Não são nacionalizações para servirem os monopólios mas para liquidarem os monopólios. São estas nacionalizações que estão consagradas na Constituição e por esta consideradas irreversíveis.

Para a defesa da democracia e da economia nacional é indispensável defender firmemente as empresas e sectores nacionalizados contra as tentativas directas e indirectas da sua liquidação.

Nem privatizações. Nem concessão de exploração, nem abertura ao capital privado de sectores nacionalizados. Nem transferência da mais-valia para o sector capitalista através da política de crédito, de preços, de investimentos e de comércio externo.

Medidas a curto prazo de saneamento financeiro, de reestruturação e coordenação, de reforço da gestão democrática e do controlo de gestão, podem e devem abrir caminho à dinamização de todo o sector.

Para não avolumar equívocos

Os partidários da destruição da Constituição actual e do regime actual são porém demasiado optimistas no seu entusiasmo.

Por duas razões. A primeira é que uma eventual revisão constitucional, a fazer pela futura Assembleia da República eleita em 1980, tem limites bem definidos, indicados pelo art.º 290 da própria Constituição.

É bom lembrar (para evitar que se vão avolumando equívocos), que nos termos do citado artigo 290, quaisquer leis da revisão constitucional que venham a ser aprovadas terão de respeitar, entre outras importantes características do regime democrático vigente, os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (al. d), os direitos dos trabalhadores, das comissões de

trabalhadores, e das associações sindicais (al. e) o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais e a eliminação dos monopólios e latifúndios (al. f), a planificação democrática da economia (al. g) o sufrágio universal, directo e secreto com sistema de representação proporcional (al. h).

Isto significa que as conquistas fundamentais da Revolução, as grandes transformações realizadas e a opção socialista, no quadro de um regime político que reconhece amplas liberdades aos cidadãos, não podem ser postos em causa em qualquer eventual revisão constitucional a fazer pela futura Assembleia da República.

Parece ser útil lembrar estas limitações pois alguns

acreditamos no nosso povo e na nossa pátria.

Nós, os comunistas, acreditamos no povo português e acreditamos em Portugal. As medidas e a política que propomos, para o imediato e numa perspectiva mais larga para os anos 80 baseiam-se na mobilização dos recursos e energias nacionais e num esforço patriótico, com a participação activa dos trabalhadores e de todo o povo, para a saída da crise, para preparar condições para um novo arranque no desenvolvimento, para assegurar o bem-estar dos portugueses, as liberdades, o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição e a integridade e independência da nossa pátria.

Portugal e Mercado Comum

A tão defendida integração de Portugal no Mercado Comum, que viria a consumir-se nos anos 80, significaria, nas condições actuais e nas condições previsíveis, um verdadeiro desastre para a economia portuguesa, para o regime democrático e para a independência nacional.

Por três razões: A primeira é o atraso da economia portuguesa em relação à economia dos países do Mercado Comum.

Trata-se de uma realidade de que os portugueses devem ter plena consciência. Basta dizer que a capitação do produto nacional em Portugal é cerca de metade da capitação do produto nacional na Itália, ronda um terço da capitação na Grã-Bretanha, e um quarto da capitação na RFA, Holanda, Luxemburgo, França e Bélgica.

Dado o enormíssimo atraso que esta diferença traduz, e que se verifica tanto na indústria como na agricultura, a produtividade é menor em Portugal e, em consequência, os preços de produção são em geral em Portugal superiores aos do Mercado Comum.

Assim, se desaparecessem as protecções aduaneiras (ou seja, se desaparecessem as taxas de importação que pagam os produtos importados) a indústria e a agricultura portuguesas não teriam capacidade competitiva no próprio mercado interno.

Com a integração, o mercado português seria invadido por produtos estrangeiros, batendo na

concorrência a indústria e a agricultura nacionais, e por isso mesmo reduzindo à ruína a nossa economia.

A segunda razão pela qual a integração seria um desastre é o facto de que a política do Mercado Comum é determinada pelos interesses dos grandes grupos monopolistas dos países mais desenvolvidos.

A esses grupos, o desenvolvimento ou o atraso económico dos diferentes países é sempre considerado em função dos seus próprios interesses privados. Se um país tem um regime e uma política ao serviço dos monopólios não há grande contradição, senão na medida em que os monopólios sejam concorrentes. Mas se um país tem um regime de que os monopólios foram banidos, a sua integração no Mercado Comum faz surgir inevitavelmente uma contradição séria entre a sua política económica e a política económica do Mercado Comum.

A terceira razão parcialmente decorrente da segunda, é o facto de que a integração no Mercado Comum não é uma operação económica de interesse nacional, mas uma operação política do interesse do grande capital, com vistas a provocar o regresso de Portugal às estruturas socioeconómicas existentes antes do 25 de Abril.

O que alguns pretendem com a integração (e dizem-no com crescente clareza) é justificar como uma pretensa necessidade de ajustar as estruturas da economia portuguesa às estruturas dos países do

políticos avançam já propostas e planos de revisão que as não têm em conta e que portanto só poderiam realizar-se por meios inconstitucionais e ilegais, através de golpes e pronunciamentos.

A segunda razão é que quaisquer alterações à Constituição têm de ser aprovadas na Assembleia da República por maioria de dois terços.

É bom que os propósitos de revisão desde já se revelem. Porque a outras razões, se juntará na decisão dos eleitores, o propósito de defender a Constituição.

Por tudo isto, na vida política até 1980, e nas eleições de 1980, a defesa da Constituição e do regime democrático nela consagrado constituem um objectivo maior do povo português e de todas as forças democráticas.



O ciclo de conferências democráticas, promovido pelo semanário «O Jornal» sob o título «Portugal, anos 80 - o quê?», prosseguiu na última segunda-feira com uma exposição do camarada Álvaro Cunhal, seguida de debate. Na imagem, o secretário-geral do PCP acompanhado, na mesa da Conferência, por José Carlos de Vasconcelos e José Silva Pinto, respectivamente, director e director-adjunto do semanário «O Jornal».

O papel da iniciativa privada

Nunca negámos o papel que a iniciativa privada, por outras palavras o sector capitalista, ocupa na economia portuguesa e aquele que pode desempenhar na saída da crise e na expansão da economia nacional. Tudo quanto se diga em contrário não tem qualquer fundamento.

Três observações se impõem entretanto a este respeito. A primeira. Está o grande capital pronto a actuar no quadro das instituições estabelecidas e da democracia? Ou pretende utilizar os meios económicos de que dispõe para pôr em causa o 25 de Abril?

É essencial, tanto no imediato, como na perspectiva dos anos 80, que o sector capitalista não ponha, como condição para investimentos e participação no desenvolvimento, a reconquista do sector público, a prática destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária e a reconstrução do capital financeiro.

Insistindo nessa atitude, (que está a tornar-se cada vez mais explícita e insistente), o sector capitalista intervém na vida económica nacional, não como um factor positivo de estabilidade e de desenvolvimento, mas como um factor de desestabilização económica e social, de agudização de conflitos, de emperramento da máquina produtiva com o claro objectivo político de destruição do regime democrático.

É legítimo exigir ao sector capitalista que defina se quer participar, com garantia mas também com deveres, na reconstrução nacional, ou se pretende fazer a contra-revolução e restaurar o capitalismo monopolista de Estado. Só a primeira atitude se pode considerar legítima e permitida no quadro das instituições democráticas e da ordem democrática em que vivemos.

Segunda observação. Iniciativa privada não é só o grande capital ligado ou susceptível de ligar-se às multinacionais e peça participante no grande jogo estratégico do capitalismo monopolista internacional.

A iniciativa privada abrange muitos milhares de pequenas e médias empresas industriais e comerciais, às quais cabe

parte maioritária da produção e da mão-de-obra do sector privado.

Os representantes do grande capital, ao defenderem (como estão fazendo) as altas taxas de juro, o crédito discriminado em seu favor, a desvalorização do escudo, a liberalização das importações, o agravamento das condições de vida do povo de que resulta a diminuição do mercado interno, ao defenderem a integração no Mercado Comum de que adiante falaremos é a ruína e a falência como método «sadio» e recuperação económica, defendem uma política completamente contrária aos interesses da grande maioria das empresas capitalistas, da grande maioria das empresas do sector de iniciativa privada.

As reclamações dos pequenos e médios empresários (comerciantes e industriais) diferenciam-se radicalmente das reclamações dos grandes empresários voltadas para a restauração do capitalismo monopolista.

Nós apoiamos as dos primeiros. Não as dos segundos.

Terceira observação. O sector privado não pode, seja a que título for, nem no plano constitucional, nem no plano económico, nem no plano da possibilidade prática, pretender ser o sector decisivo para a saída da crise e para o arranque do desenvolvimento económico. É com os instrumentos financeiros, com a energia, com as indústrias do aço, do cimento e químicas, com os transportes, que se determina o arranque da economia nacional. O arranque tem necessariamente de partir dos sectores básicos e os sectores básicos estão nacionalizados.

Talvez por isso, quanto mais presente é a campanha do grande capital para que seja reconhecido que o sector privado é o sector de arranque, mais agressiva se torna a campanha contra as nacionalizações.

Isto pode significar que o grande capital se propõe dar o arranque uma vez que paralize ou recupere o sector nacionalizado. Seria talvez esse o interesse de algumas pessoas. Não é certamente o interesse do país.